



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ata da 11ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, referente ao 1º Período da 3ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura, realizada no dia 22 de abril de 2015. _____

1

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, **sob a Presidência do Vereador Júlio César Ferrare Cecotti**, realizou-se a Décima Primeira Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim–ES, referente ao Primeiro Período da Terceira Sessão Legislativa da Sétima Legislatura, com início às quatorze horas e dez minutos, ocasião em que não foram constatadas ausências. / Na abertura dos trabalhos, o Vereador Jonas Nogueira Dias Júnior fez a leitura da passagem bíblica. / Logo após, o secretário procedeu a leitura do **Expediente da Mesa**, que se constou do seguinte: **Indicações:** 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 705, 706, 707, 708, 709, 710 e 711/2015 – José Carlos Amaral; 652, 653, 654, 655, 656, 657, 670, 671, 672 e 673/2015 – Osmar da Silva; 658, 659, 660, 661, 662, 674, 675 e 676/2015 – Alexandre Andreza Macedo; 663, 664, 665, 666, 667 e 668/2015 – Alexandre Bastos Rodrigues; 669 e 685/2015 – Júlio César Ferrare Cecotti; 677, 678, 679, 680, 681 e 682/2015 – Alexandre Valdo Maitan; 683/2015 – Jonas Nogueira Dias Júnior; 684, 702, 703 e 704/2015 – Luis Guimarães de Oliveira; 686/2015 – Wilson Dillem dos Santos; 700 e 701/2015 – Carlos Renato Lino; 712, 713, 714, 715, 716 e 717/2015 – Brás Zagotto. **Requerimentos:** 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465 e 466/2015 – José Carlos Amaral; 468 e 469/2015 – Delandi Pereira Macedo; 470/2015 – Alexandre Valdo Maitan; 471/2015 – Lucas Moulais. **Ofícios:** 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447 e 448/2015 – PMCI – Umberto Batista da Silva Júnior – Coordenador Executivo de Relações Políticas. **Projetos de Lei:** 74/2015 – José Carlos Amaral; 75 e 78/2015 – Wilson Dillem dos Santos; 76 e 77/2015 – David Alberto Lóss. **Projeto de Resolução:** 10/2015 – Rodrigo Pereira Costa. **Projetos de Decreto Legislativo:** 28 e 39/2015 – Rodrigo Pereira Costa; 29 e 40/2015 – José Carlos Amaral; 30/2015 – Osmar da Silva; 31, 35 e 36/2015 – Jonas Nogueira Dias Júnior; 32 e 33/2015 – Alexandre Valdo Maitan; 34/2015 – Ely Escarpini; 37, 38 e 41/2015 – Wilson Dillem dos Santos; 42 e 43/2015 – Alexandre Bastos Rodrigues. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Vamos fazer um minuto de silêncio pela morte do Sr. Sebastião Moulais, pai do amigo e Vereador Lucas Moulais. Que Deus conduza a alma do Sr. Sebastião ao caminho certo. Companheiro Lucas, deixo registrados os meus sentimentos e o de todos os vereadores pela perda do seu pai, morador importante da região de Soturno. As muitas pessoas que estiveram no velório só falaram bem do Sr. Sebastião, homem digno, honesto, trabalhador e que deixou a sua marca na comunidade

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

de Soturno. / A seguir, foi observado um minuto de silêncio, conforme solicitado. / Na sequência, passamos ao **Pequeno Expediente**, quando usaram a tribuna os seguintes Edis: / **Rodrigo Pereira Costa:** — Boa-tarde a todos! Hoje, apresentei um projeto de resolução, criando a frente parlamentar pela reforma política, que acontecerá com a participação popular. Quero fazer menção a uma audiência pública que participei, na sexta-feira passada, na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, onde foi criada a mesma frente parlamentar com o intuito de debater a reforma política em nosso Estado. Essa audiência pública foi muito produtiva, tendo sido organizada pela Deputada Janete de Sá. Estavam presentes os Deputados Federais Rodrigo Maia, presidente da comissão que está debatendo a reforma política em Brasília, Max Filho, do Espírito Santo, e Evair de Melo, da nossa Região Sul. Destaco que a Câmara foi convidada para participar dessa reunião, que foi muito interessante, havendo vários debates e levantadas dúvidas com relação ao formato das futuras eleições, se vai ou não haver coligação, se será por maior votação, se será do tipo distrital, entre outras questões. Eu me senti incentivado a trazer esse debate para o nosso Município, pois acho que é importante e ajudará muito os partidos e os interessados no assunto, já que as próximas eleições terão um novo formato. Peço aos vereadores para assinarem o projeto, de maneira a criarmos essa frente parlamentar aqui. Seria interessante esta Casa de Leis participar do processo, fazendo os encaminhamentos que acharmos importantes dentro da nossa visão política e que possam contribuir para essa reforma. A Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim pode encaminhar para os deputados federais e senadores ideias que venham a somar com a reforma política. Esta Casa não pode ficar de fora desse debate, cuja intenção é moralizar a política. Vamos estudar e saber o que essa reforma pode trazer de ganho para a população e para nós que vivemos no meio político. Marcaremos encontros para traçarmos metas, elaborarmos um planejamento de trabalho e, no final, realizaremos uma audiência pública aqui, convidando os partidos políticos e toda a sociedade. O projeto diz que o debate pode ser feito pelos vereadores e também por representantes de entidades e da sociedade civil, que vão contribuir muito. Existem muitas dúvidas por parte dos partidos políticos e também da sociedade com relação ao novo formato das eleições, depois de aprovada a reforma política no Brasil. Que Deus possa continuar nos abençoando. Muito obrigado! / **José Carlos Amaral:** — Boa-tarde a todos! Fala-se muito em realizar aqui duas sessões por semana, mas, hoje, vemos no plenário apenas quatro pessoas. Se tivermos duas sessões, como no passado, não haverá ninguém aqui nem projetos para discutirmos. Então, as sessões devem continuar a serem realizadas nas terças-feiras mesmo. Vereador Lucas, quero dizer que a perda do seu pai foi enorme, ele que era um baluarte em Soturno, mas Papai do Céu sabe o que faz. O carinho que o povo teve para com ele e com V. Ex.^a demonstrou tudo. Pode ficar tranquilo, porque o seu pai está bem melhor do que nós. Ele deve estar lá em cima, como o meu pai, olhando para os filhos que ficaram na terra. Tenha paz e reze sempre uma Ave Maria por ele, porque sei que o colega é católico. Senhores, hoje, recebi a informação de que a prefeitura vai fechar a Farmácia Popular, e isso é motivo de tristeza. Estão dizendo aqui que ela já fechou. A cada dia que passa, vemos mais indústrias fechando e empresários passando sufoco. Sei que isso tem ocorrido com o Vereador Osmar. Vários empresários me procuram para conversar e reclamar

2

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

da situação. A Farmácia Popular servia às pessoas carentes, fornecendo medicamentos para pressão, diabetes e outros. Volto a dizer que as farmácias conveniadas estão evitando vender os medicamentos, porque o repasse do Governo Federal não está chegando. É triste ver também a situação dos estudantes que precisam do financiamento público. Dizem na TV que um país sem educação não se desenvolve, e, no Brasil, a situação está complicada nessa área. Várias pessoas me procuraram, dizendo que estão tendo dificuldades para conseguir o financiamento estudantil. Estamos em abril, e como os estudantes vão recuperar as aulas perdidas, já que muitos não estão estudando por não terem como pagar? Há famílias pedindo ajuda para manter o filho na faculdade até que o governo coloque a mão na consciência e resolva a situação. Com relação ao PDM, digo que não votei nem votarei nada que diz respeito a ele. Esse é o PDM da bagunça. Hoje, será inaugurada uma capela mortuária, no Bairro Ruy Pinto Bandeira, que fica colada ao muro do colégio. Isso não pode acontecer. As crianças vão brincar no pátio da escola e ver cadáveres na capela mortuária. Muitas coisas estão sendo liberadas sem que pudessem ocorrer. No Bairro Valão, próximo à chácara do meu falecido pai, estão começando a fazer uma obra dentro do rio, no terreno que era do Argeu. Os moradores me procuraram para falar sobre essa situação, e vou levar o problema até o Ministério Público. Quando não cumprem a lei, devemos acionar o Ministério Público. Estou levando várias questões aos Ministérios Públicos Estadual e Federal. No meu escritório, há uma menina trabalhando para fazer denúncias com fotos, confirmando as reclamações a serem enviadas ao Ministério Público. Na semana passada, encaminhei ação sobre todas as obras paradas de Cachoeiro, como as de postos médicos, a da praça do Bairro Ruy Pinto Bandeira, que não pagaram o Zequinha, a do Restaurante Popular, as do Orçamento Participativo e outras mais, já que o grito desta Casa de Leis em defesa do povo não vale nada. O povo cobra do vereador. Qual vereador aqui já não foi cobrado na rua, com o povo mexendo com seus brios? Todos já passaram por isso. O povo está sempre cobrando ou difamando o vereador. Encaminhamos pedido de informação ao Executivo, mas não vem resposta. O ex-Vereador Zuca saiu desta Casa há seis meses e, na última sessão, chegou uma resposta para ele. Estão brincando com a verdade ou a desorganização é muito grande. Não vou mais reclamar de nada, pois, agora, enchei o saco do Ministério Público, como aquele órgão faz com a Câmara Municipal, pedindo documentos. De um mês para cá, agarrei o disco no Ministério Público. Eu já mandei muita coisa para aquele órgão sobre o PDM quanto a obras que não poderiam ser feitas. O cara deixa a obra velha na frente e por dentro constrói um prédio novo. Isso está acontecendo direto em Cachoeiro, e é hora de os colegas olharem com carinho as alterações do PDM que vêm para esta Casa, porque vamos acabar sendo tachados de vereadores inoperantes. Isso pode ficar pior, já que fazem o que bem entendem. Para os ricos, então, pode tudo. Não pode haver um posto de gasolina a menos de quinhentos metros de outro, mas deixaram abrir novamente aquele que fica na entrada do Bairro Paraíso, com outra razão social, e o que fica para cima do Shopping Sul está pronto para ser aberto. Por que isso está acontecendo? Porque o posto é de um dos caras que mais emprestaram dinheiro, através de agiotagem, em Cachoeiro de Itapemirim e foi acoitado por sua família no passado. Todos sabem disso, inclusive houve um caso comentado na Câmara sobre um cara do supermercado que foi preso devido a um cheque

3

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

que voltou. Muito obrigado! / **Delandi Pereira Macedo:** — Boa-tarde a todos! Gostaria de destacar a audiência pública realizada nesta Casa, na semana passada, no dia 16/04, a qual considero ter sido muito importante. Hoje, lendo o Jornal A Gazeta, vi a manchete “Estado gasta 55 mil reais por dia com internação de viciados”. Ao ler a matéria, pude observar o problema que foi debatido na audiência pública. Estamos enfrentando uma dificuldade em nosso Estado, e em Cachoeiro não é diferente, quanto ao poder da judicialização no que diz respeito à maioria dos procedimentos do setor de saúde no Espírito Santo. A matéria fala sobre a judicialização para se internar dependentes químicos. O Governo do Estado poderia ter investido para atender a essa demanda em todo o Espírito Santo. Aí, não posso culpar diretamente o atual governador, porque ele ainda não teve tempo de olhar essa situação; entretanto, os governos anteriores deveriam ter feito algo e, nesse caso, o atual governador pode ser incluído já que teve oito anos de mandato antes do Renato Casagrande, do PSB. Então, observando o montante de 55 mil reais gastos por dia com internação de viciados, fiz a conta e constatei que, se o Estado pagasse o mesmo valor à Clínica Santa Isabel, a qual cobra 38 reais/dia, daria para atender a um mil quatrocentos e dez dependentes químicos e pessoas com problemas psiquiátricos. O Governo do Estado gasta esse dinheiro para atender a um mil trezentos e noventa e oito viciados durante todo o ano. Isso é um absurdo. Aí, o dinheiro público vai embora, enquanto as pessoas que precisam de atendimento passam dificuldades. Em nossa audiência pública, sugerimos que seja encaminhada solicitação para que o Governo do Estado faça investimentos em Cachoeiro, criando outros CAPS. Hoje, em todo o Estado há apenas oito CAPS. A Comissão de Saúde, por proposta da audiência pública, está sugerindo que seja criado em Cachoeiro um CAPS-3 para atender dependentes químicos e doentes psiquiátricos vinte e quatro horas por dia. Enquanto os nossos gestores não tomam a iniciativa, não são proativos, o Ministério Público, através da Justiça, manda comprar dois mil e poucos procedimentos cardíacos. Isso aconteceu no ano passado, e a matéria do Jornal A Gazeta está falando sobre esse assunto. Quando a Justiça determina, o gestor tem que pagar. O Governo do Estado, que poderia pagar 38 reais por atendimento na Clínica Santa Isabel, depois da judicialização, paga 1 mil e 500, 2 mil reais por dia, o valor que a instituição quiser cobrar. Aonde está indo o dinheiro público? Infelizmente, para o ralo. Isso tem acontecido diariamente não só com relação à dependência química, mas em várias outras demandas em nosso Estado. Toda essa situação nos causa grande tristeza. Lamentavelmente, esse é um problema que está ocorrendo no dia a dia do nosso Estado. Muito obrigado! / Em seguida, teve início o **Grande Expediente**, ocasião em que ocuparam a tribuna, por ordem de inscrição, os seguintes Edis: / **Rodrigo Pereira Costa:** — Boa-tarde a todos! Quero fazer menção a nossa audiência pública, da quinta-feira passada, na qual tratamos das políticas públicas de saúde mental. Quero dizer que fiquei satisfeito com o que foi debatido na audiência. Agradeço a todos os vereadores, gestores, familiares de pacientes e profissionais de saúde que estiveram presentes e contribuíram para o sucesso da audiência, que fechou com os seguintes encaminhamentos: 1 – Ajustar e aprimorar a instrução dos servidores que atuam no atendimento da saúde mental e saber para onde encaminhar os pacientes que necessitam de auxílio. Isso diz respeito ao treinamento dos profissionais da base das equipes de PSF com relação ao atendimento aos

4

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

familiares e pacientes psiquiátricos. 2 – Estudar a possibilidade de convênio de colaboração entre os Municípios do Sul do Estado, através de um repasse financeiro para as entidades que trabalham com psiquiatria na região. Aí, entra a Clínica Santa Isabel. 3 – Discutir com o Município a possibilidade de pactuar os seguintes componentes: CAPS-3, residência terapêutica e atenção básica à saúde, possibilitar a atuação de mais psiquiatras no CRE e saber do Estado e do Município como será implantada a questão do acompanhamento familiar e qual o prazo será dado ao corpo técnico de enfermeiros e médicos para começar a agir. Vamos encaminhar ao Governo do Estado pedido para que seja aumentado o número de efetivo de psiquiatra no CRE em pelo menos mais três profissionais. Vários gestores estiveram aqui e disseram que estão realizando mudanças. O advogado da Defensoria Pública, que faz parte da comissão responsável por esse planejamento, estava presente na audiência pública e foi muito enfático ao dizer: “Falar é fácil, mas queremos que façam”; então, é preciso agir. Já pedimos à Superintendência Regional de Saúde e à Secretaria de Saúde para nos encaminharem toda a documentação sobre o que está sendo feito hoje quanto a essa política. Esses encaminhamentos são muito importantes e serão entregues ao Estado e ao Município. A partir daí, vamos cobrar para que essa rede funcione como deve. Dentro do que foi discutido aqui na audiência pública, foi identificado que não existe uma rede de psiquiatria estruturada em Cachoeiro, sem a qual não pode haver atendimento psiquiátrico aqui. É preciso estruturar essa rede, com o Estado e o Município fazendo a parte que lhes cabe. Os Municípios que mandam seus pacientes para cá também devem se responsabilizar, fazendo a parte que lhes compete. Na segunda-feira passada, a Presidente Dilma sancionou a lei que trata do Fundo Partidário, triplicando o valor repassado aos partidos. A princípio, o valor era de 289 milhões de reais; agora, foi para 868 milhões de reais. Um amigo me disse o seguinte: “Esse recurso sai do meu bolso, e eu não sou político nem sou filiado a nenhum partido. Como fica a minha situação? Tenho que pagar por algo que não me traz nenhum benefício?” O Fundo Partidário foi criado em 1988. Um amigo fez um estudo, apurando que, em 1994, o valor era de 729 mil reais, sendo o custo de 1,4 mil reais por deputado; hoje, o custo por deputado é de 1 milhão 662 mil reais. Onde vamos parar? O que motivou a Presidente Dilma a fazer uma loucura dessas neste momento? Esse é um aumento abusivo. Se a projeção do Fundo Partidário fosse acompanhada, o salário mínimo teria o valor de 77 mil 127 reais. Como membro do PSB, deixo registrada a minha preocupação com essa ocorrência. Desde quando passei a conviver no meio político, nunca vi nenhum centavo desse Fundo Partidário na minha campanha. Espero que, com esse aumento, que elevou o valor para 868 milhões de reais, esse recurso chegue até aqui para ajudar na nossa campanha, que é difícil e desgastante. Nós, que somos pobres, fazemos uma campanha de pé no chão e precisamos da ajuda do nosso partido. Com esse aumento, não podem mais dar desculpas de que não existe dinheiro para ajudar os partidos a fazerem a campanha dos seus candidatos. Gente, 868 milhões de reais é muito dinheiro para dividir entre os partidos do Brasil. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Sou vereador há muitos anos e nunca ouvi falar de Fundo Partidário. Isso é algo de comer? O dinheiro desse Fundo Partidário nunca veio para Cachoeiro. Os candidatos a prefeito, como o Sr. Rodney Miranda, a deputado estadual e federal e a senadores sempre receberam ajuda desse fundo, principalmente para

5

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

6

pagar o custo da TV; agora, para vereador não vem nada. Nós somos a banda podre da política. Os deputados federais e senadores só precisam dos vereadores na época das eleições; depois, mandam todo mundo para a ponte que caiu. Isso é uma vergonha nacional! Não serei candidato a vereador, mas, se aparecessem com dinheiro para me ajudar, eu agradeceria a essa cambada de ladrão e não receberia nada. Esse aumento do Fundo Partidário foi para apagar o fogo no Congresso Nacional, que estava revoltado com o Governo Federal. O aumento desse recurso foi para calar a boca desse povo. É uma corja de cabra safado que usa esse dinheiro. A presidente vai fazer cortes no orçamento, principalmente no que diz respeito aos operários, à saúde e à educação, mas espero que corte também o valor do Fundo Partidário. Essa lei foi sancionada na segunda-feira, e os cortes vão começar a acontecer a partir de amanhã. / **Aparteando Brás Zagotto:** — Como vereador, eu também nunca vi dinheiro de Fundo Partidário. Uma vez, o PTB me disse que havia recebido um dinheiro do Fundo Partidário e me deu cento e cinquenta litros de gasolina para ajudar na minha campanha. Acho que o Vereador Wilson também estava no PTB na época. Há um monte de picaretas querendo ser presidente de partido em Cachoeiro, para, assim que esse dinheiro chegar, dividi-lo com a sua turma, embolsando tudo. Sempre digo que não é qualquer nome que pode ser indicado para ser presidente de partido, pois a pessoa deve ser honesta e séria para trabalhar com responsabilidade, visando o crescimento da sigla partidária. / **Rodrigo Pereira Costa:** — A partir de agora, com esse aumento absurdo, vai crescer o número de pessoas querendo se beneficiar com grandes salários pagos nos diretórios partidários nacionais e estaduais, com o uso abusivo e incorreto desse recurso, o qual poderia chegar aqui para nos ajudar, já que levantamos a bandeira dos partidos. Infelizmente, isso não vai ocorrer. Repito que nunca vi um centavo de recurso de Fundo Partidário chegar à ponta, onde está a militância, a base dos partidos, que enfrenta as dificuldades do povo. Com esse aumento abusivo e incompreensível, espero que mandem para cá uma faísca desse dinheiro, já que não terão onde gastar esse recurso; assim, poderemos cuidar dos partidos, fazendo uma política com honestidade e dignidade. Essa é uma forma de acabar com a corrupção e a desonestidade que acontecem na política. Como disse o Vereador Amaral, espero que a consciência dos deputados federais, dos senadores e da Presidente Dilma pese para que possam cortar esse gasto e investir nas áreas que mais precisam. Estamos vivendo um caos na saúde, e o povo de Cachoeiro não tem mais atendimento pelo SUS, só particular. Raramente é feito um procedimento pelo SUS, e as cirurgias são realizadas em Vitória, Jerônimo Monteiro, São José do Calçado e Guaçuí. Essa situação é triste e preocupante, e ainda vemos, agora, milhões de reais destinados ao Fundo Partidário, dinheiro esse que não chega até nós. / **Aparteando Fabrício Ferreira Soares:** — Em Cachoeiro, fizemos uma lei para que o hospital central não seja doado à filantropia. Devemos tomar cuidado com isso, porque, daqui a pouco, teremos aqui mais um hospital filantrópico construído com o dinheiro público. Aí, o governo compra uma máquina de tomografia por 1 milhão de reais para o hospital filantrópico, que faz cem exames particulares e dez pelo SUS. Cachoeiro precisa de um hospital 100% público, e essa é uma bandeira que a Câmara tem defendido ao longo dos anos, mas acho que não vamos conseguir realizar esse sonho. / **Rodrigo Pereira Costa:** — Muito obrigado! / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Boa-

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

tarde a todos! Nós somos fiscais deste Município e devemos ter responsabilidade com ele. A prefeitura faz contrato de aluguel de van e de carro de passeio, e arcamos com esses alugueis, já que são pagos com o dinheiro dos nossos impostos. A administração municipal tem duas Vans Transit zero quilômetro, novinhas, paradas no CCZ, debaixo de uma árvore, acabando no tempo. Por que essas vans estão paradas? Tenho, para quem quiser ver, fotos desses dois veículos tiradas hoje. Também há um ônibus parado atrás dessas vans. A prefeitura paga aluguel e deixa dois carros novos parados? Cadê a gestão? Quem cuida disso? Acho estranho que a prefeitura pague aluguel de veículos, enquanto essas duas vans estão paradas. Por que não colocam para rodar esses carros confortáveis e com ar condicionado? Ganhei a eleição para fiscalizar e andar atrás de situações como essa. Senhores, as pessoas não conseguem emprego e procuram os vereadores, pedindo ajuda para trabalhar, e outro problema que trará transtorno social para Cachoeiro é a situação dos camelôs. Sempre pensei que a prefeitura havia feito um decreto, um documento com o nome dos camelôs, indicando o local em que eles iam trabalhar. Em 2006, foi feito um termo de responsabilidade, e procurei cada cidadão cujo nome constava nesse documento, o qual não foi publicado no Diário Oficial nem entregue aos camelôs. São vinte e nove barracas de camelôs, e esses profissionais não pagam alvará, apenas o IPTU de uma área pública. Quem são os donos daquelas barracas? Não há um documento, dizendo que a barraca, por um determinado espaço de tempo, é de Fulano. A única coisa que existe é um termo com os nomes das pessoas, autorizando-as a trabalhar no local, o que não foi feito pelo prefeito, e sim pelo então subsecretário Marlon Machado, infelizmente, falecido na queda daquele avião da Gol. Esse termo diz o seguinte: “A barraca não poderá ser vendida, cedida ou transferida”. Isso está certo, porque, se a barraca foi dada para a pessoa trabalhar, não deve ser negociada. Isso ocorreu há seis, nove anos, mas só agora a prefeitura achou seis compradores e lacrou as barracas. As outras são alugadas, o que também não pode ocorrer. O termo que citei diz ainda que a pessoa deve estar de prontidão ao lado da barraca com um crachá pendurado, mas a prefeitura não fiscaliza nem vai averiguar isso. O pessoal da prefeitura simplesmente lacrou as barracas de cinco cidadãos, que são pais de família, não dando nem a oportunidade de eles se prepararem. Se os camelôs estão nas barracas há seis, nove anos, já até adquiriram o direito de ficar. Ou é igual para todo mundo ou corta geral, fazendo outro termo para ajustar essa situação, de maneira a que essas pessoas trabalhem dentro da lei. Há ainda a opção de fazer um camelódromo fora da rua, o que acho ser o mais viável, dando oportunidade de trabalho a todos. Os caminhoneiros da Avenida Beira Rio também vão ser retirados daquele local onde trabalham, fazendo frete. Onde esses caminhoneiros serão colocados? É humilhante a pessoa ficar em uma calçada, no meio da rua, oferecendo-se para fazer frete, com o objetivo de levar o leite e o arroz para casa. A prefeitura não providencia um local adequado para que essas pessoas possam trabalhar, mas, de uma hora para outra, quer mandar os caminhoneiros saírem daquela avenida. Aquela é uma área pública, e realmente eles não podem ficar estacionados lá; entretanto, se observarmos, veremos que naquele local não há estacionamento rotativo, e quem quiser pode parar, já que é direito de todos. A prefeitura não tem uma fiscalização rígida; portanto, se o dono da barraca estiver no local, tudo bem, caso contrário, fecham-na. As pessoas que alugaram as barracas

7

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

8

ficam no local no horário em que o fiscal passa, inclusive elas já sabem a hora que isso ocorre. Penso que a prefeitura deveria mandar o fiscal passar na parte da manhã e à tarde para conferir quem está na barraca. Destaco que nem todos os fiscais da prefeitura trabalham. São meia dúzia trabalhando e meia dúzia andando à toa. Aliás, fiquei sabendo que uma dessas barracas foi vendida por um fiscal da prefeitura, do qual não sei o nome, mas, se me encherem o saco, irei atrás para descobrir quem é. O cara é fiscal e tem uma barraca? Está tudo errado. Eu já disse que não uso a tribuna para jogar conversa fora, e sim para mostrar a verdade. As pessoas precisam trabalhar e, se não podem fazer isso na calçada, por que a prefeitura não prepara um local para os camelôs? Seria bom até acabar com aquele Shopping Popular, que é uma vergonha, onde várias mercadorias ficam penduradas na parede e batem no rosto das pessoas que passam lá. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — No meu entendimento, quando a Câmara aprovar o novo Código de Posturas, o que, se Deus quiser, acontecerá na próxima terça-feira, esses contratos dos camelôs, juridicamente falando, estarão todos sem efeito. O Código de Posturas define a situação do chamado camelô, que é o comércio ambulante. Isso é precário. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — A minha preocupação é que, precariamente, como V. Ex.^a está falando, os taxistas também vão passar por essa situação. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Com certeza. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Estou vendo aqui um rapaz, lavador de carros, que toda terça-feira vem a esta Casa, porque é pai de família e está preocupado. Todas essas pessoas serão sacrificadas. O que a prefeitura está fazendo para colocá-las em um local onde possam trabalhar? Seria muito bom se a prefeitura fizesse um local para os camelôs e para os lavadores de carro. Por que não organiza a situação dessas pessoas, ajudando-as a manterem seus empregos? Se todos taparem os olhos e os ouvidos, teremos um caos social em Cachoeiro, já que, hoje, há uma grande dificuldade para se conseguir emprego. A minha intenção é evitar que o povo sofra mais do que já vem sofrendo. Clamo aos senhores que possam ajudar a defender essas pessoas, pois a prefeitura deve se organizar para não deixar essa gente desempregada. Não posso acreditar que o PT não pense nos trabalhadores, pois essa sigla sempre os defendeu. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Eles mexem com todo mundo, mas não o fazem com os magnatas das placas eletrônicas, como aquela que fica no ponto da Avenida Beira Rio. O motorista passa lá e quase bate na traseira do carro da frente, olhando para aquela placa que fica no local onde há uma barraca. Vou votar contra o Código de Posturas, pois, de tanta reclamação que há quanto a esse projeto, para mim, ele não serve nem para ser usado no banheiro. / **Aparteando Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Eu entendo essa situação de forma diferente do Vereador David. Ora, não acredito que a aprovação do novo Código de Posturas torne sem efeito uma permissão ou uma licença de atuação antiga. A situação dos taxistas foi tratada no Código de Transportes, o que gerou uma polêmica. Se o entendimento for esse, o Código de Posturas não pode ser votado antes de resolver essas questões; do contrário, essas pessoas ficarão impedidas de trabalhar. Com relação aos camelôs, há alguns ângulos a serem analisados. Fui procurado por um deles, que me expôs essa situação. Eu fui ouvi-los e tirei foto dos termos de interdição. O termo ao qual V. Ex.^a se refere, assinado pelo finado Marlon Machado e outra pessoa, tem amparo no Código de Posturas que está em vigor, que é a Lei 1.124. Esse termo foi feito em 2006 e veio como

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

um complemento ao que está previsto no Código de Posturas. Chamou-me a atenção o fato de o novo Código de Posturas, que está na Câmara para ser votado, não regular essa matéria de forma clara. Eu não posso ter um novo Código de Posturas e conviver com o termo 05/2006. Inclusive, o documento de interdição faz menção a esse termo, dizendo o seguinte: “Conforme o termo de ajuste de compromisso de regulamentação de uso de barraca em área pública, por ter infringido o parágrafo 1º...”. Ao tentar entender o que estava acontecendo, estive com os camelôs e, depois, procurei o secretário de Desenvolvimento Urbano. Primeiro, disseram que o pessoal da prefeitura chegou e lacrou as barracas. Mais adiante, outra pessoa disse que eles foram notificados, e a prefeitura deu um prazo de setenta e duas horas para que o proprietário, aquele licenciado pela administração, estivesse no local. O pessoal da prefeitura voltou na semana seguinte para fazer essa fiscalização, e, onde o proprietário não foi encontrado, a barraca foi lacrada. Os camelôs disseram que teve gente que comprou a barraca por não saber que isso não poderia ocorrer. O direito diz o seguinte: “A ninguém é dado o direito de alegar desconhecimento da lei”. Então, a pessoa que comprou deveria ter tido o cuidado de saber se o produto era vendável. Eu disse aos camelôs que não ser que se encontre um caminho jurídico, o qual não vislumbro, o Executivo está fazendo o seu papel fiscalizador, cumprindo a lei, que é o atual Código de Posturas e o termo que foi ajustado. Esse termo ainda diz que nem camisa pendurada no telhado da barraca pode haver. Pedi ao Secretário Cidinei que avaliasse junto com a equipe dele e autorizasse pelo menos a abertura das barracas por um prazo de noventa dias para que os camelôs possam vender os seus produtos, que não foram apreendidos. O secretário disse que eles podem vender os produtos, mas como vão fazer isso? Vão colocar na sacola e sair vendendo? Sugerir ao secretário que reabrisse essas barracas por um prazo de noventa dias, permitindo aos camelôs venderem os seus produtos e se programarem para o caso de não haver solução, buscando outra profissão para seguir. À luz do direito, o Município não está errado, porque está cumprindo o que a lei manda. O trabalhador tira o sustento de sua família dessa atividade. Ainda que os camelôs estejam ilegais, que lhes seja dado um prazo para a transição, no qual seria estudada uma solução para o caso. O novo Código de Posturas que está na Câmara para ser votado diz o seguinte: “Se o cidadão ficar mais de sessenta dias doente e se ausentar por atestado médico, tem o direito de passar a barraca para a esposa, para um filho ou para um irmão”. Se o marido está doente, a esposa vai cuidar dele ou ela pode não ter nenhuma afinidade com esse trabalho. O filho dessa pessoa pode morar no Rio de Janeiro, estar trabalhando e não poder cuidar da barraca. O irmão dele pode estar trabalhando em outra atividade. Então, faltou algo mais. O camelô doente pode nem ter INSS e vai perder a sua licença? / **Luis Guimarães de Oliveira:** — A discussão está muito boa, e todos estão prestando atenção. Fizeram um documento, dizendo que a pessoa estava autorizada a usar a barraca. Quem autorizou? Foi o secretário? O prefeito não fez a lei? O Vereador Jonas disse que a Lei 1.124 não diz que a barraca é de determinada pessoa. Ela regulamenta como vai funcionar o negócio. Quero saber quem são os donos das barracas. Onde está escrito os nomes dos caras? É isso o que desejo saber. Nem crachá eles têm. Se uma pessoa tem uma barraca, a sua esposa, o seu filho e o seu irmão podem ter outra. Só um membro da família pode ter barraca, mas não colocaram isso no papel. Há barraca onde

9

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

trabalham três pessoas da mesma família, o que acho justo. Cada um tem a sua família. O presidente da associação é um rapaz que trabalha junto com seus dois filhos. Não acho que isso seja errado, porque são pessoas independentes, e todos precisam trabalhar. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — O Camelô pode ter um preposto. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Fiz um levantamento e sei o nome de todos os que estão lá. Aquele rapaz tem uma barraca, e seus dois filhos cada um tem uma. Estou teimando, porque não existe uma licença, um documento. Então, na verdade, todos estão irregulares, e gostaria que a situação desse pessoal fosse acertada. Não quero tumultuar nem brigar para retirar o pessoal da rua; pelo contrário, estou lutando para que os camelôs permaneçam naquele local ou em outra área pública que a prefeitura possa adquirir. Quem quer comprar no camelô pode vir aqui ou perto do Restaurante Popular, onde há uma área enorme, podendo passar até por dentro do Mercado da Pedra. Essa opinião foi dada pelo próprio secretário, que me disse que havia sugerido isso ao prefeito. A prefeitura teria um galpão com boxes e não faria essa bagunça. Os nordestinos, pessoas que vêm de fora, vendem e, quando querem, vão embora; aí, como ficam os camelôs de Cachoeiro? / **Aparteando Jonas Nogueira Dias Júnior:** — A atitude que o presidente tomou agora foi muito importante, pois já me senti pressionado pelo tempo. As pessoas de fora usam a tribuna, sendo dado o tempo de dez minutos, mas elas falam meia hora, e nós não interrompemos. As pessoas de fora falam o tempo que querem, e, quando tratamos desse, que é um tema importante, somos pressionados pelo tempo. Eu lhe pedi aparte, embora o seu tempo tivesse encerrado, pois, do contrário, voltaria a tratar do assunto duas horas lá frente, quando já teríamos perdido o raciocínio. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Essa discussão está ocorrendo, porque estamos preocupados com o ser humano. Não estamos falando de camelô, e sim de quem está por trás dele, que são os filhos. / **Aparteando Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Devemos olhar o lado dos camelôs, como eu me prontifiquei a ir conversar com eles, mas precisamos também ver o do Executivo. Nós recebemos críticas de que a cidade está feia e as calçadas estão esburacadas, mas, pela lei, quem deve cuidar delas? É o contribuinte, o dono imóvel. Por que a calçada fica esburacada? Porque, às vezes, o Executivo não quer se indispor com o contribuinte e não o fiscaliza. Estou dando esse exemplo para fazer um paralelo, inclusive disse isso aos camelôs. Na verdade, há uma divergência até doutrinária, mas a jurisprudência pacificou que o táxi é autorização, e o projeto fala até em permissão. O certo é autorização. Nessa questão dos camelôs, ora fala-se de licença; ora, de autorização; ora, de permissão. São três documentos diferentes que falam da mesma situação. Não é porque hoje sou um autorizatário do serviço de um ponto de táxi que posso vendê-lo pelo valor que eu quiser, o que também não pode ocorrer com os camelôs; portanto, há um problema a ser resolvido. O Município deve fazer o papel dele, que é fiscalizar, até para evitar que haja empresário com várias licenças, explorando esse tipo de comércio, que seria para a sobrevivência de um cidadão. Como V. Ex.^a disse, aquele local não é para ninguém montar dez, trinta barracas e virar empresário. Assim, cabe ao poder público evitar que isso aconteça, fiscalizando, notificando e dando um prazo para a adequação. Se a barraca está irregular, ela é fechada, e é problema da pessoa se o filho dela vai passar fome. Aí, precisamos ver à luz do direito para que o secretário, o auditor fiscal e o prefeito não caiam na ilegalidade, pois deve

10

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ser observada uma forma de transição pelo lado humanitário e cristão para que a pessoa se adeque. Agora, se a situação está irregular, a lei deve ser cumprida, e, infelizmente, é assim que funciona. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — A lei deve ser igual para todos. Mudando de assunto, quero dizer ao Vereador Elias, que não estava no plenário, que comentei sobre não concordar que o dinheiro do meu imposto seja utilizado pela prefeitura para pagar aluguel de veículos. Se não há veículos, concordo que isso seja feito; agora, se há, não concordo. Recebi a informação de que a prefeitura tem duas Vans Transit, zero quilômetro, paradas dentro do CCZ. Não sei se isso está ocorrendo porque elas estão com o emplacamento ou o seguro atrasado. Essas vans poderiam estar trabalhando, economizando o valor que é gasto com aluguel de veículos, que a prefeitura contratou de uma empresa de Vila Velha. Infelizmente, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Licitação não obrigam que a empresa a ser contratada para prestar serviço, fornecendo, por exemplo, veículos para a prefeitura alugar, tenha sede no Município. Aí, vem gente do Sul do Brasil prestar o serviço de aluguel em Cachoeiro. Por que essas vans estão paradas há tanto tempo? Se elas estivessem na garagem, eu entenderia que estão aguardando conseguir o dinheiro para pagar o seguro, mas deixar no tempo é covardia. O dinheiro gasto é nosso, é do povo. Não posso me calar diante de uma reclamação como essa, já que uma van custa mais de 100 mil reais, e, no caso, são duas, além do ônibus parado no mesmo local. O ônibus é um veículo mais antigo, e é até aceitável que esteja arado, mas também não concordo que fique no tempo. Quando buscamos saber de que secretaria são esses veículos, não respondem, dizem apenas que são da prefeitura. Se não me engano, eles são da Secretaria de Saúde. Dá dó ver carros novos como aqueles parados no tempo. Não deixem o povo de Cachoeiro ficar abandonado como está por conta de politicagem e de pessoas que não gostam da gente desta cidade. Se tratam o povo desse jeito, só pode ser porque não gostam dele ou não querem ajudar o prefeito na administração do Município. Então, Vereador Elias, peço que V. Ex.^a olhe a situação desses veículos e busque saber o que está ocorrendo. Eu me coloco à disposição para ajudar. Espero que esses veículos voltem a rodar para a prefeitura parar de pagar aluguel com o nosso dinheiro, que está difícil de ser ganho. Muito obrigado! / **Delandi Pereira Macedo:** — Boa-tarde a todos! Gostaria de fazer alusão a uma denúncia que chegou ao meu conhecimento, hoje, a qual considero muito séria. A denúncia diz respeito a uma área de proteção ambiental permanente em Gironda, onde há uma nascente, e o Município licenciou para aterro. Quando no local ainda não havia água tratada, o povo usava aquela área para lavar roupa e outras coisas. Imaginem o Município autorizar, em plena crise hídrica enfrentada em todo o Brasil, o aterro de uma nascente. Isso é totalmente contra a lei. Gostaria que essa informação não fosse verdade. Entretanto, hoje, encontrei um dos fiscais da Secretaria de Meio Ambiente e, ao comentar sobre esse assunto, ele não entregou tudo para mim, mas, pela sinalização dada, a denúncia é sim verdadeira. O proprietário da empresa está fazendo o aterro de um tabual e de uma nascente e tem a licença na mão. Essa denúncia chegou a mim, quando estava falando no meu programa de rádio sobre o sofrimento da população de Gironda no que diz respeito à poluição, assim como sofre também o povo de Itaoca. Estou analisando os prós e os contras para saber se há possibilidade, com o apoio dos colegas vereadores, de abrir uma comissão especial de inquérito para apurar o

11

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

problema da poluição em nosso Município. Em Vitória, abriram a CPI do Pó Preto, aqui será a CEI do Pó Branco. Esse é um problema recorrente em Itaoca, que sofre com a poluição causada pela extração do mármore, granito e calcário, que geram um pó. Esse pó sobe para a atmosfera, cai nas ruas, e é respirado pela população. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Vereador Delandi, coloque o nome da CEI de pó de pedra branco, pois, do contrário, vão pensar que é cocaína. / **Delandi Pereira Macedo:** — Entenda da forma que for, pois teremos que fazer também uma CEI da cocaína, já que a droga é um problema recorrente em Cachoeiro, inclusive, hoje, falei aqui sobre isso. Estou me referindo ao pó de pedra branco, que está sendo lançado na atmosfera de Itaoca, de Gironda e de Soturno, distritos industriais de Cachoeiro. Todo o recurso mineral do nosso Município vem dessas regiões, e imaginem como é a vida do povo que mora naquelas áreas. Senhores, estou fazendo um encaminhamento ao Secretário de Obras, o Braz, porque na região de Gironda já colocaram várias placas, indicando quebra-molas na pista principal, mas eles não foram feitos. A população vem reivindicando os quebra-molas há muito tempo, mas dizem que não há material na Secretaria de Obras para que os mesmos sejam feitos. Imaginem a angústia que aquela população sofre, já que os carros passam lá correndo e levantam poeira. Hoje, as pessoas que têm casa para alugar ou vender em Gironda não conseguem, porque ninguém quer comprar. Quem vai investir em uma região como aquela, onde não há expectativa de saúde e de vida? As empresas instaladas lá estão fazendo a extração do calcário, do mármore e do granito, o que gera problemas para os moradores da região, e não há atenção para que as pessoas do local tenham pelo menos um pouco de qualidade de vida. Então, peço ao secretário de Obras que instale alguns quebra-molas lá para diminuir a velocidade dos carros que passam pelo local. Farei um encaminhamento à Secretaria de Meio Ambiente, à Polícia Ambiental e, se necessário, ao IEMA para verificar a veracidade da licença dada à empresa que está fazendo o aterro de uma nascente e de um tabual em Gironda. Como o Município pode dar uma licença para uma empresa fazer esse aterro? Vou apurar essa situação para ter certeza do que estou denunciando aqui e levantar as responsabilidades. Senhores, outro fato que gostaria de relatar diz respeito ao Código de Posturas. Realmente, esse assunto é muito polêmico e problemático, porque vai mexer com toda a cidade. A prefeitura fez o papel dela, mas a Câmara Municipal não pode ser privada de fazer o seu debate. Gostaria de solicitar ao Vereador David, presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que possamos debater os temas em evidência para não nos arrependermos de ter aprovado o Código de Posturas, deixando a cidade em polvorosa no que tange às responsabilidades de cada um em colocar em prática tudo o que consta do projeto. Essa é uma responsabilidade muito grande. O Vereador Fabrício reclamou de não ter recebido cópia do projeto do Código de Posturas, mas isso se dá porque o colega não procurou. O projeto já está à disposição há algum tempo nesta Casa de Leis. Peço que seja dado um prazo definitivo para a votação. Na próxima semana, o Código de Posturas deve ser apreciado, e todos vão ficar apavorados, entregando várias emendas ao projeto, o que prejudicará a votação, transformando-a em uma bagunça. Assim, é preciso analisar as emendas, ver se são constitucionais ou não e se foram feitas em duplicidade. Não sei como será esse procedimento. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Amanhã, às 8:00 horas,

12

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

haverá uma reunião no gabinete, inclusive com a participação de representantes do setor de Fiscalização da prefeitura. Preciso ter cópia de todas as emendas que os vereadores vão apresentar ao Código de Posturas para discutir e analisar se não há duplicidade. / **Aparteando Luis Guimarães de Oliveira:** — Agradeço a V. Ex.^a pela lembrança, porque tudo deve ficar gravado aqui. Muitas vezes, falamos e deixamos gravado, mas dizem que não mencionamos nada. Peço que seja dado mais prazo para que possamos apresentar as emendas, pois peguei a cópia do projeto, mas, com o feriado, não olhei bem. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Se o projeto será votado na terça-feira que vem, precisamos das emendas até a próxima sexta-feira. / **Aparteando Luis Guimarães de Oliveira:** — Até sexta-feira está bom. / **Aparteando Jonas Nogueira Dias Júnior:** — O Regimento Interno diz o seguinte: “Quando o projeto é colocado em primeira discussão, abre-se o prazo de sete dias para as emendas”. Esse projeto ainda nem entrou em primeira discussão, e, como se trata de um código, ele tem prazo dobrado. O articulador do governo tem pedido que esse projeto seja colocado em votação, mas eu lhe disse que vou apresentar as minhas emendas até terça-feira. Sacrifiquei o feriado anterior para estudar o código e fazer os apontamentos; agora, vou redigir as emendas e não tenho tempo para fazer isso até amanhã. O meu compromisso é apresentar as emendas até terça-feira. Vai acontecer o que o Vereador Delandi disse, e chegarão várias emendas na terça-feira. Sugiro que tenhamos até a próxima terça-feira para apresentar as emendas, haja um novo filtro da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e, na semana seguinte ou quinze dias depois, o projeto seja apreciado. O Código de Posturas em vigor tem quarenta e oito anos, e não podemos ter pressa para votar o novo. Sou da base aliada do governo, mas me preocupo com o efeito dessa lei, já que o projeto vai interferir na vida de todos os cachoeirenses. Então, não podemos fazer emendas correndo, apenas porque o projeto tem que ser votado na terça-feira. Esse assunto é delicado. Só terei condições de apresentar as minhas emendas, que não serão poucas, na próxima terça-feira, e o prazo regimental ainda nem está correndo. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Eu falei amanhã, porque esse assunto está correndo na Casa há bastante tempo. No começo, quando fui pressionado, entre aspas, para acelerar a votação, eu disse que esse código mexe com todo mundo e não pode ser votado às pressas. O relator da Comissão de Constituição, Justiça e Redação é o Vereador Fabrício, e eu lhe disse que devemos estudar bem e com calma esse projeto. O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação já está pronto e, se aparecerem emendas, elas serão lidas e discutidas. Gostaria de olhar as emendas amanhã para ver se está chocando alguma coisa ou há duplicidade. Eu não tenho poder de fazer uma verificação nas emendas dos vereadores, porque cada um é livre. Amanhã, continuarei a trabalhar no Código de Posturas. Já corrigimos cento e sessenta e oito erros no projeto. Quando se fala em camelô, digo que o tema já está esgotado dentro do Código de Posturas. Ficou apenas uma dúvida: “A transferência de permissão de uso poderá ocorrer mediante um requerimento nos seguintes casos: morte do permissionário, aposentadoria do permissionário, caso o permissionário necessite de licença médica no prazo superior a sessenta dias”. Só que o camelô tem um preposto, e isso faz parte do Código de Posturas. O camelô e o preposto devem usar o crachá. O documento pode ser transferido? Pode, de acordo com o artigo 66, na seguinte ordem: para cônjuge ou companheiro estável,

13

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

filho e irmão. Se o permissionário não tem cônjuge, filho ou irmão, ele deve transferir para o poder público. Vamos fazer o inciso IV, que será mais uma emenda. O Código de Posturas mexe com toda a cidade; então, devemos discuti-lo. Vou analisar as emendas que estiverem em minhas mãos, mas não mexerei em nada que vá ferir a vontade do vereador. / **Delandi Pereira Macedo:** — Acho que o Código de Posturas é muito sério e vai mexer com toda a população, o que pode trazer um grande desgaste político não só para a Câmara como também para a prefeitura. Há coisas no Código de Posturas que deverão ser aplicadas imediatamente. Se não me engano, o artigo 220 obriga todos os estabelecimentos de venda e conserto de som a fazerem a acústica. Como ficarão as empresas pequenas, cujos donos mal conseguem pagar a contar de energia, se tiverem que, em cento e vinte dias, fazerem a acústica em seus estabelecimentos? Como elas vão fazer isso? Serão mais empresários a fecharem suas portas e correrem atrás de outro emprego. O Código de Posturas vai virar uma colcha de retalhos. Fico preocupado se a votação ocorrer na próxima terça-feira, porque essa colcha de retalhos pode ser mal costurada. / **Aparteando Brás Zagotto:** — Vai valer a emenda que o vereador fizer. O Código de Posturas não será uma colcha de retalhos, porque as emendas farão parte dele. / **Aparteando Fabrício Ferreira Soares:** — Não valer, se forem aprovadas. / **Aparteando Rodrigo Pereira Costa:** — Por isso, a importância das emendas. / **Delandi Pereira Macedo:** — Eu sei que a emenda vale. Obrigado pela ajuda, mas V. Ex.^a não entendeu o que eu quis dizer. Eu quis dizer que há muitas questões dentro do Código de Posturas que mexerão com o dia a dia da nossa população. Consegui enxergar muitas coisas nesse projeto, mas há várias outras que não foram vistas; depois, tudo vai recair em cima dos vereadores, porque somos nós que vamos aprovar o Código de Posturas. A população perguntará: “Como os vereadores que elegemos podem votar um Código de Posturas que nos trará transtornos?” Devemos ter muita cautela para que o tiro não saia pela culatra. Não estou vendo coesão entre os vereadores. O colega Fabrício disse que ainda não pegou o Código de Posturas para olhar, e sei que ele tem interesse de fazer suas emendas. / **Aparteando Fabrício Ferreira Soares:** — Eu peguei a cópia e já fiz as emendas. O meu questionamento é que esse Código de Posturas deve sair das comissões para os vereadores analisarem. Estão trazendo os vereadores para dentro das comissões, quando o certo é a comissão falar sobre a legalidade, a moralidade e a justiça da matéria. Eu não quero apressar a votação do Código de Posturas aqui. Acho que os vereadores têm que fazer a sua parte, já que os interesses referem-se a pontos diferentes. Com certeza, nessa questão da acústica das lojas que consertam som deve ser colocada a metragem do estabelecimento, não prejudicando pequenas empresas. É importante os vereadores discutirem isso. Não estou vendo os vereadores terem liberdade para fazer as suas emendas individuais ao Código de Posturas, porque o projeto está preso na nossa comissão. Então, o código deve sair da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e ganhar as mesas dos vereadores para que cada um possa olhá-lo bem. Ninguém está com pressa de votar o Código de Posturas, que é muito importante para a cidade. Hoje, a questão da acústica é um problema nos bairros, porque as casas são todas coladas. Um vereador comentou que estão dizendo que as igrejas terão que fazer a acústica; se for assim, devemos preparar uma emenda com relação ao tamanho da igreja e à distância dela para outras construções. Há igrejas que são feitas de forma arbitrária,

14

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

muitas vezes, alugam um bar e abrem uma. É preciso haver critério para que não façam isso. Não é porque igreja é santa que não vai causar problema para outras pessoas. Então, como já disse, o projeto não deve ficar agarrado na Comissão de Constituição, Justiça e Redação. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — A Câmara Municipal também deverá fazer a acústica, porque essa é a lei. Aqui o som é mais alto do que em um estabelecimento que conserta rádio. / **Delandi Pereira Macedo:** — Muito obrigado! / **José Carlos Amaral:** — Boa-tarde a todos! Acho que o Código de Posturas antigo é melhor do que o novo, que está se transformando em uma vergonha. Quando votarmos esse código, ficaremos com o ônus para sempre, mesmo com a força de vontade dos Vereadores David e Jonas para melhorá-lo. Vereador Luisinho, companheiro de partido, quero dizer que o Democratas é contra esse Código de Posturas. Para mim, esse é o código da vergonha. Quando esse projeto foi feito, mesmo com a luta incansável do Vereador David, muitas coisas que repassamos ao Marconi não foram incluídas. Eu tenho informações extraoficiais de que esse código já estaria com trezentos artigos e, vendo que era muito, resolveram tirar alguns, ficando só os que interessavam. Sei que o tempo é curto e que o projeto precisará de quatorze votos, mas, do jeito que está, poderá não alcançar a aprovação nesta Casa. Ora, não podemos aprovar um Código de Posturas para trazer a desgraça aos pipoqueiros, consertadores de bicicleta e outros seres humanos. Precisamos olhar isso com muito carinho. Peço ao querido David, que é o presidente da comissão, ao relator, que não sabe escrever, e ao Leonardo, que é membro, que haja um prazo maior, porque esse código trará um ônus muito alto para nós. Se for assim, votarei contra e ficarei bem perante à opinião pública, porque não farei a desgraça dos meus semelhantes, do povo. Não sei se os senhores se lembram de quando foi aprovada a extinção da isenção do IPTU para quem ganhava até três salários mínimos, mas até hoje nossa mãe é xingada na rua. Quando xingam a minha mãe, logo digo que votei contra, inclusive carrego no carro uma cópia da folha de votação daquele projeto que retirou o direito dos pobres à isenção. Amigo David, V. Ex.^a viu a polêmica que está dando aquele projetinho que passou aqui sem ninguém ver? É o da Escola Sem Partido, que está gerando uma encrenca danada por causa de três não, o que parece até maldoso. O relator da Comissão de Constituição, Justiça e Redação é que deveria ter devolvido. O que o colega está fazendo que não veio à reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e acabou deixando isso passar? Se aquilo já está doendo na pele, imaginem a desgraça que será com o bitelo desse Código de Posturas, que tem trezentos e tantos artigos. Esse código envolve lavador de carro e até consertador de rádio no meio de um monte de velharia de mais de cem anos. / **Aparteando Fabrício Ferreira Soares:** — Mas V. Ex.^a acha que a cidade pode continuar como está? O Código de Posturas é bom, e a cidade cresceu. O que precisamos fazer é observar os excessos que há no projeto. Estamos falando em racionamento de água, saúde, meio ambiente, educação e qualidade de vida, e, do jeito que V. Ex.^a está se pronunciando, parece que o Código de Posturas é contra a sociedade, quando é a favor. Cabe a cada vereador aqui, que é atuante em uma área, verificar onde estão os excessos, porque o Código de Posturas foi feito por um técnico, e não por nós, políticos. Somos nós que devemos inserir o que for de interesse da sociedade como um todo. O camelô é um trabalhador, mas está inserido na calçada, assim como o lavador que trabalha, porém, polui o meio ambiente. Devemos pedir

15

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

que o lavador tenha caixa de brita e licença ambiental, olhando o que é interessante, repito, para a sociedade como um todo. / **José Carlos Amaral:** — V. Ex.^a se esqueceu de dizer que o seu povo humilde do Bairro Zumbi será penalizado. / **Aparteando Fabrício Ferreira Soares:** — O povo humilde do Bairro Zumbi não quis eleger alguém para dizer mentira para ele. Aquele povo também quer ser justo e honesto. Da maneira como V. Ex.^a falou, parece que o pobre é desorganizado, quando ele paga imposto, estuda e é honesto. Eles querem fazer a coisa de forma honesta. Parece até que o pobre não quer ter Código de Posturas para viver bagunçado. / **José Carlos Amaral:** — Ali está um garoto que lava carro e está sendo penalizado. / **Aparteando Fabrício Ferreira Soares:** — Mas ele vive no Município, participa da sociedade. Parece até que o pobre não quer o Código de Posturas para poder fazer lambança. / **José Carlos Amaral:** — V. Ex.^a é da base aliada e precisa defender mesmo, enquanto eu, que sou da oposição, fico na minha. Sou independente, tenho que gritar mesmo, continuarei gritando e vou votar contra, se continuar essa colcha de retalho e essa desgraça que está aí. Serão necessários quatorze votos, e pode ser que não consigam, caso continue como está. Sobre a questão do meio ambiente, digo ao companheiro que a levantou que assinarei junto com ele, já que na minha região também estão aterrando um tabual com tudo, sendo que a licença está na parede. Tire foto dessa denúncia e encaminhe para o Ministério Público ambiental, que eles vão correr em cima na hora. Quanto ao radar colocado para cá do Bairro União, não tem aquele sinal obrigatório, apontando que há um radar. O de cima tem, assim como no Bairro Aeroporto há uma lâmpada piscando, mas os que estão escondidos atrás da CIMEF e da Marbrasa, apesar de terem cortado as árvores, estão sem lâmpadas. Eu já fiz um protesto ao DNIT. Passo por eles a 100 km/h, porque vou pelo acostamento e não marca. A foto só é tirada a pista, e não no acostamento. Não há fotocel no chão. Esses radares precisam ter uma luz para emitir um sinal alertando, como ocorre em todos os locais, a exemplo de Muqui. Os únicos locais sem a lâmpada são a União, no Bairro Marbrasa e próximo ao parque de exposição. Já fiz meu protesto junto ao DNIT e pedirei ao Ministério Público que tome providência com relação a isso. As pessoas devem andar devagar, mas por que um lugar tem a luz que alerta sobre o radar e os outros não? Enviei um ofício ao Senador Ricardo Ferraço para que ele mande trocar a lâmpada do radar, assim fará alguma coisinha por Cachoeiro, já que, até hoje, não fez porcaria nenhuma pela cidade. Qualquer dia, um aloprado vai passar lá e colocar um saco preto em cima do radar para que coloquem a luz de sinalização. Não sou contra o radar, e sim à falta de lâmpada de advertência no local. Além disso, há radares atrás de árvores. Em Soturno, por exemplo, há luzes avisando sobre o radar. Finalizo, repetindo que o Democratas é contra o novo Código de Posturas, mesmo com a luta dos Vereadores David e Jonas para adequar o projeto. Muito obrigado! / **Brás Zagotto:** — Boa-tarde a todos! Quero saudar o meu filho Breno, que me deu mais um neto no sábado. Ele não é mole, pois está com vinte anos e, se continuar assim, terá onze filhos como o meu pai. Senhores, hoje, eu ia bater no Paulo Hartung, mas soube que houve uma sessão extraordinária na Assembleia Legislativa do Espírito Santo para a votação de verba para a saúde. O governador liberou 50 milhões de reais para esse setor. Para Cachoeiro, foram liberados 6 milhões 906 mil reais para o Hospital Evangélico, 6 milhões 271 mil reais para a Santa Casa e 2 milhões 890 mil reais para o

16

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Hospital Infantil. Ainda foram liberados 353 mil reais para Iúna, 720 mil reais para a Santa Casa de Castelo e 205 mil reais para o Hospital Evangélico de Itapemirim. / **Aparteando Rodrigo Pereira Costa:** — Isso é só um paliativo. / **Brás Zagotto:** — Os valores liberados vão ajudar bastante os nossos hospitais. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Esse dinheiro que está sendo distribuído aos hospitais filantrópicos é devido à Assembleia Legislativa ter devolvido ao Governo do Estado 250 milhões de reais, valor que estava no caixa daquela Casa. Isso foi discutido entre todos os deputados, e houve um consenso para que o valor fosse devolvido e revertido para a saúde. / **Brás Zagotto:** — Então, os deputados trabalharam bem, e o governador acatou a ideia. Quero dizer aos membros da Comissão de Saúde desta Casa de Leis, que são os Vereadores Delandi, Rodrigo e Amaral, que estive na Santa Casa, por volta das 3:00 horas da manhã, de sexta para sábado, para o nascimento do meu neto. Aí, começaram a chegar várias gestantes, cerca de dez, para dar entrada na maternidade. Hoje, os hospitais não querem mais fazer cesariana, preferem que os bebês nasçam de parto normal. Por volta das 7:00 horas, quando houve a troca do plantonista, o Dr. José Maria, já cansado, me disse: “Vereador, qualquer hora dessas vão me processar no Ministério Público, caso morra um bebê ou a mãe. Estou fazendo o meu trabalho, mas não tenho condições para isso. Você, que é autoridade, entre aqui para que eu lhe mostre a situação da maternidade”. Ele me disse ainda que está sem receber desde dezembro. Havia nove gestantes em trabalho de parto, sendo que cinco delas eram de fora de Cachoeiro. O Dr. José Maria disse que continua tudo do mesmo jeito, com os prefeitos comprando ambulância e descarregando pacientes na Santa Casa. Eu sempre disse que a Santa Casa de Cachoeiro é a mãe dos pobres do nosso Município, do Sul e de todo o Estado. Podem dizer que a Santa Casa não atende bem e que há dificuldade, mas ela continua atendendo. Quero convocar os vereadores para irem até a Santa Casa ajudar àquela entidade. Vamos fazer uma comissão de vereadores e ir até o Governador Paulo Hartung, solicitando que sejam liberados recursos para os hospitais de Jerônimo Monteiro, de Alegre, de Guaçuí e de Presidente Kennedy; assim, as gestantes de lá darão a luz em suas próprias cidades. O Programa Fantástico, da semana passada, mostrou que, enquanto Cachoeiro gasta com cada cidadão 2 mil e 500 reais por ano, em Presidente Kennedy são gastos 28 mil reais. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Em Cachoeiro é quanto? / **Brás Zagotto:** — São 2 mil e 500 reais. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Quem disse isso? / **Brás Zagotto:** — Foi uma matéria da TV Gazeta, mostrada no Fantástico. A cidade mais rica do Espírito Santo, pela quantidade de pessoas, é Presidente Kennedy. Em Cachoeiro são gastos 900 reais por pessoa? Então, a situação é ainda pior. Estou falando sobre a Santa Casa, mas no Hospital Evangélico a situação é mesma, pois está superlotado de gestantes. Fiquei feliz quando soube da liberação da verba para os nossos hospitais. / **Aparteando Rodrigo Pereira Costa:** — Vereador Brás, venho acompanhando a situação dos hospitais de Cachoeiro. Na verdade, vejo que cada prefeito teria que colocar a mão na consciência e saber que, se o paciente da sua cidade está sendo atendido na Santa Casa de Cachoeiro ou no Hospital Evangélico, ele deveria ter o bom senso de repassar recursos para essas entidades. Não é o governador que deve dizer isso aos prefeitos. A questão da dificuldade financeira do Município é clara. De dezembro para cá, o governador entrou com o

17

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

discurso de que o Estado está quebrado. Fui a uma audiência pública, realizada na Assembleia Legislativa, quando o Secretário Estadual da Saúde, o Ricardo, prestou contas. Naquele dia, o Presidente Assembleia Legislativa, que é o Deputado Ferraço, cobrou do secretário e disse que estavam com um recurso em caixa para ser distribuído para os hospitais do Sul do Estado. Na ocasião, foi dito que a dívida do Estado para com o Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim era de 15 milhões de reais. Se foram repassados 6 milhões, foi paga menos da metade da dívida, mas já dá para aliviar a dificuldade. A maternidade do Hospital Evangélico está funcionando com sobrecarga, porque a da Santa Casa está trabalhando com um número reduzido por falta de pagamento; aí, no final de semana, vai todo mundo para o Hospital Evangélico, e os médicos de lá estão se desdobrando para atender à demanda. Há um grande risco de greve, e os médicos vão parar o atendimento na maternidade, porque o impacto será grande e vai virar um caos. Imaginem uma mulher chegando ao hospital para dar à luz e não haver um médico para atender. Então, se o ginecologista parar, haverá um impacto gigantesco no Município. O Vereador Brás está trazendo uma boa notícia sobre o dinheiro que será repassado aos hospitais do Município. Com relação aos exames laboratoriais, os munícipes estão marcando hoje para fazê-los somente em novembro. Isso é uma vergonha! Espero que, com os recursos que vão chegar, a realidade dos exames mude, porque é inadmissível uma gestante marcar exame laboratorial hoje e só fazer daqui a seis meses, depois de já ter dado à luz. Os exames são importantes para avaliar a gestação, de maneira a que as mulheres tenham um pré-natal de qualidade. / **Brás Zagotto:** — Se a Comissão de Saúde marcar para conversar com o pessoal dos hospitais, estarei à disposição para ir junto. / **Aparteando Rodrigo Pereira Costa:** — Os médicos ginecologistas e os diretores da Santa Casa e do Hospital Evangélico são todos parceiros nossos, mas é interessante irmos in loco acompanhar a situação. / **Brás Zagotto:** — Com relação ao que V. Ex.^a falou sobre os prefeitos de cidade vizinhas mandarem dinheiro para os hospitais de Cachoeiro, digo que podemos esquecer, porque eles nunca farão isso. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Sabe por que eles não vão fazer? Porque isso é de responsabilidade do Estado. O atendimento que a Santa Casa presta já está incluído no contrato feito com o Estado. O que precisa acontecer são mais investimentos na Santa Casa, nos demais hospitais e também nos de Jerônimo Monteiro e de outras cidades. Quem paga por esse serviço não é a Prefeitura de Cachoeiro, e sim o Estado; por isso, os hospitais têm que atender todas as demandas do Sul do Espírito Santo. / **Aparteando Rodrigo Pereira Costa:** — Quero corroborar com a fala dos Vereadores Elias e Fabrício sobre o Sul do Estado precisar de um hospital geral, pois só assim será resolvido o problema da saúde em nossa região. O Vereador Elias disse que o hospital geral vai quebrar os filantrópicos. / **Brás Zagotto:** — Os Municípios vizinhos sempre descarregaram seus pacientes em Cachoeiro, e a Santa Casa os atendeu. Há tempos, quando o Juarez era presidente da Câmara, ele, eu e os Vereadores Wilson Dille e Amaral fomos até os Municípios vizinhos para tentar fazer um convênio e ajudar os hospitais de Cachoeiro, mas nunca mandaram um real sequer para cá. Isso não funciona, nunca funcionou nem funcionará. O que eles querem é comprar ambulância para trazer os doentes para a Santa Casa atender. Muito obrigado! / **Elias de Souza:** — Boa-tarde a todos! Quando falei aqui em quebrar hospitais, parece que eles são indústrias ou empresas e,

18

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

se for aberto outro, cria problemas. Sem ser demagogo, seria bom se ninguém precisasse de atendimento. Se tivéssemos aqui um hospital público geral, com certeza, desafogaria a Santa Casa e os Hospitais Evangélico e Infantil, trazendo grandes benefícios para o povo de Cachoeiro. Infelizmente, não vejo possibilidade disso se realizar em curto prazo. Essa é uma batalha que está sendo travada, e um hospital público geral para a nossa cidade será muito difícil. Vereador Luisinho, procurei obter informações quanto à colocação que V. Ex.^a fez aqui sobre as vans. Não digo que V. Ex.^a denunciou, e sim que está fazendo o papel de vereador, que é ouvir a denúncia e encaminhá-la a quem de direito. Realmente, as vans foram adquiridas, através de emenda parlamentar federal, mas caímos na burocracia do serviço público. Fui informado de que esses carros, pela força do convênio ou contrato, pois não entendi direito o que a Marília me disse, não podem rodar sem seguro, e o colega Luisinho sabe disso, já que foi diretor do Detran. Para esse tipo de veículos, a burocracia é ainda maior. Muitas vezes, o seguro para esses veículos não é feito como os da iniciativa privada, onde se busca qualquer seguradora e faz o contrato. Infelizmente, na administração pública é preciso abrir um processo para contratar esse tipo de serviço. Por isso, a maioria dos Municípios do Brasil optou por não comprar veículos, vez que é muito mais fácil fazer o contrato de locação de determinado número de carros. Quando esses veículos são danificados ou têm qualquer tipo de problema, são trocados imediatamente, já que o contrato reza dessa forma. Portanto, a opção mais barata ainda é a locação de veículos. Com relação ao ônibus citado pelo colega Luisinho, informo que ele está parado também devido à burocracia. Aquele ônibus prestava serviço odontológico e estava atendendo à região de São Joaquim. O veículo, mesmo com um vigia trabalhando lá, foi apedrejado dentro do pátio do CCZ e teve o para-brisa quebrado. Então, há burocracia interna também, mas tudo já está sendo resolvido. Segundo a Subsecretária Marília, no prazo máximo de trinta, sessenta dias, devido à burocracia, o ônibus será colocado para funcionar. Parece que as coisas são fáceis de resolver, mas a área pública é totalmente diferente da privada. / **Aparteando Luis Guimarães de Oliveira:** — Quero agradecer a V. Ex.^a, porque a resposta não está sendo dada a mim, e sim ao povo. / **Elias de Souza:** — V. Ex.^a representa o povo. / **Aparteando Luis Guimarães de Oliveira:** — O veículo está parado por falta do seguro total. Esse veículo já trabalhou ou está parado há três anos? A minha pergunta é essa. O veículo é do ano de 2012, e a burocracia para a licitação de uma seguradora seria no primeiro seguro, porque a tendência dos seguintes é que o preço caia. Nenhuma seguradora que entra em licitação novamente vai colocar o valor abaixo do preço. Eu já sabia que o problema era o seguro, tanto é que antecipei que poderia ser isso. É estranho a burocracia deixar veículos como aqueles, importantes para o Município, que transportam quinze, dezoito passageiros, ficarem parados no tempo. Eles poderiam estar no CMU, onde há galpões a serem usados como garagem. Gostaria de entender melhor essa questão do seguro, porque, pelo que sei, a burocracia da qual V. Ex.^a está falando é referente à licitação e à contratação do serviço. Se esses veículos são do ano de 2012, eles já rodaram três anos, e a tendência é o valor do seguro cair. Esses veículos deveriam estar rodando, porque quem sofre com a falta deles é o cidadão. Acho que é muito dinheiro para ficar parado. A Guarda Municipal apurou o apedrejamento do ônibus dentro do CCZ? Como podem ir dentro de um

19

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

órgão municipal, com muros alto e com vigia, e apedrejar um ônibus? O vigia estava dormindo? Aquele ônibus é muito importante para o povo do interior, que depende de tratamento odontológico. Com relação ao seguro, ainda penso que poderia ser mais rápido. Peço a V. Ex.^a que solicite a retirada daqueles carros do local onde estão. O Vereador Osmar tem uma Van Transit, e sei que ela não custa menos de 100 mil reais. Então, peço que os carros sejam colocados em depósito, para que possamos cuidar do nosso patrimônio. / **Elias de Souza:** — Vereador Luisinho, V. Ex.^a disse que o ônibus foi apedrejado dentro do pátio do CCZ. Infelizmente, a bandidagem está entrando em delegacias e em quartéis para roubar armas e outras coisas. Muitas vezes, o coitado do vigia, que não tem arma, não pode fazer nada; então, os bandidos roubam e depredam mesmo. Não estamos seguros sequer dentro das nossas casas, que têm grades e outros itens de segurança. Volto a dizer que esses carros não estão parados há três anos, e sim entre quatro e cinco meses. Essa foi a versão da subsecretária. Infelizmente, abre-se um processo licitatório, e uma empresa ganha, mas a que perdeu recorre; aí, o processo se arrasta por mais sessenta, noventa dias ou até por longos anos. Sabemos da importância desses veículos. Critiquei muito o ex-prefeito Valadão e votei contra a contratação de veículos, mas, hoje, tenho consciência de que não seria mais contrário a esse tipo de processo. O Vereador Luisinho colocou uma questão importante aqui, pois, de repente, esses carros poderiam ser locados em Cachoeiro mesmo. Não sei se há empresa em nosso Município para atender a um número grande de veículos nem tenho conhecimento de quantos a prefeitura possui. / **Aparteando Luis Guimarães de Oliveira:** — Que os carros fossem locados em Vila Velha, mas emplacados aqui. Assim, esses veículos gerariam renda para Cachoeiro, porque o IPVA volta para o Município. / **Elias de Souza:** — Esse é um debate que podemos fazer nesta Casa, até mesmo chamando um representante do Executivo para participar. A sua ideia procede. Esses veículos poderiam ser emplacados aqui, não sei como seria a transferência e se haveria um ônus grande para a empresa que ganhasse o processo licitatório para a contratação dos veículos. Na atual conjuntura, é muito mais econômico para o Município fazer a locação dos carros que utiliza. Muito obrigado! / **Fabício Ferreira Soares:** — Boa-tarde a todos! Quero falar sobre uma prática bancária que vem ocorrendo em Cachoeiro, inclusive acredito que seja nacional. As pessoas enfrentam filas nos bancos e, quando chegam aos caixas, eles não recebem as contas. Todos os bancos estão adotando essa prática. O Banestes, por exemplo, abriu o Banesfácil. Os caixas da agência do Banestes se negam a receber as contas, sendo que as pessoas acabam tendo que enfrentar a fila debaixo de sol e chuva no Banesfácil. Dias atrás, fui ao Sicoob, e aconteceu a mesma coisa. Eu procurei o Procon e conversei com o Ricardo, que é o responsável, para saber se essa prática é legal. Ele me informou que não, dizendo que é uma prática abusiva e que os bancos devem receber as contas. Acho que essa informação é importante. Os bancos estão adotando essa medida para diminuir as filas. Se eu quero pagar um boleto de valor mais alto na boca do caixa, devido à discricção e à segurança da agência bancária, o banco se recusa a receber. Assim, já acionei a fiscalização no que diz respeito a essa prática abusiva, e me foi dito que a situação será revista. Procurei saber se há lei federal nesse sentido, mas não existe nenhuma. Vou acionar a nossa bancada federal, através de ofício da Câmara Municipal, para observar essa prática dos bancos

20

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

21

que parece ser nacional. Muitas vezes, as agências bancárias inventam procedimentos que não têm embasamento jurídico, e a população sofre, pois a pessoa pode ser roubada mais facilmente na rua do que dentro de uma agência bancária. Então, daqui a pouco, pode começar a ocorrer esse tipo de crime em Cachoeiro, porque os bancos se recusam a receber contas na boca do caixa. Registro isso em ata para que o povo acorde quanto a essa questão. O banco se negou a receber a minha conta, e eu fui pagar em outro local. / **Aparteando Rodrigo Pereira Costa:** — O que eles alegam para não receberem as contas? / **Fabício Ferreira Soares:** — Eles dizem simplesmente que não recebem a conta e mandam pagar no Banesfácil, no Sicoob ou no caixa eletrônico, mesmo quando protestamos dizendo que temos conta no banco. Nem os próprios funcionários deles estão sendo treinados para receberem as contas, caso a pessoa queira pagar dentro do banco. Eles se negaram a receber a minha conta, mas, da próxima vez, não vão mais se negar, pois o nosso Procon já respondeu que eles são obrigados a receber. Assim, vou exercer o meu direito de cidadão, dizendo: “vou pagar e daqui eu não saio”. Quero fazer esse alerta, porque a população mais humilde enfrenta a fila do sistema bancário, chega na boca do caixa e acaba tendo que voltar para a rua e pagar as contas no Banesfácil. Parece até que eles não querem mais a população carente dentro das agências bancárias, já que é ela quem busca mais esses serviços, enquanto os demais o fazem por transferência, internet ou outros mecanismos. Portanto, senhores, alerta que, segundo o Procon de Cachoeiro, é proibido negar recebimento de conta na boca do caixa. Todas as agências bancárias de Cachoeiro têm forçado a pessoa a buscar o Banesfácil ou o caixa eletrônico. Agora, exercerei o meu direito de cidadão e, quando for pagar as minhas contas, eles vão ter que receber. / **Aparteando Osmar da Silva:** — A conta de energia nem no caixa eletrônico conseguimos pagar. / **Fabício Ferreira Soares:** — Só paga até o vencimento. / **Aparteando Osmar da Silva:** — Não paga. / **Fabício Ferreira Soares:** — Passou do vencimento, e tive que ficar no Banesfácil, vulnerável ao roubo. Estou citando o Banestes, mas vi que todos os bancos estão agindo dessa forma. Fiz o alerta ao Procon, e foi me dito lá que eles sabem disso e estão reforçando a fiscalização. Para mim, os bancos estavam embasados em alguma lei federal, mas agora sei que nada lhes garante o direito de se negarem a receber as contas na boca do caixa. Muito obrigado! / **David Alberto Lóss:** — Boa-tarde a todos! Primeiramente, gostaria de pedir à população que não fique assustada, porque o Código de Posturas não é nenhuma Caixa de Pandora, cheia de maldades. Já no seu artigo 1º temos: “Este Código contém as normas de Posturas destinadas ao Município de Cachoeiro de Itapemirim, que definem e estabelecem a implantação de atividades urbanas, visando a organização e preservação do meio urbano e rural.” Então, o Código de Posturas não é contrário à população, e o vereador não pode votar contra esse projeto, apenas deve apresentar emendas para corrigir o que achar errado. É um direito do Vereador José Carlos Amaral dizer que vai votar contra o Código de Posturas, mas, assim, ele não dará sua contribuição, visto que o nosso papel é melhorar o projeto. Eu trabalhei durante dois anos na elaboração desse projeto e não acho que esse seja um código da vergonha, como foi dito aqui, apesar de não estar perfeito, coisa que só Deus é. Muitas reuniões foram feitas aqui com camelôs, empresários, pessoal dos outdoors e outros. O Vereador Dilem é testemunha disso, assim como o Brás e o Luisinho. Quando eu digo que

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

22

cessa a norma atual, é porque todo espaço público é público e precisa ser licitado, as normas são necessárias. Vivemos na polis, que é cidade, e o homem é um animal político. Se vivemos na cidade, devemos seguir as regras para vivermos juntos. Ora, se todo mundo tem carro, por que vou poder estacionar, e o outro não? De quem é o espaço? Todo mundo pode usar a calçada? Não, pois, se for assim, onde é que o pedestre vai passar? Não se pode mexer no Código de Posturas para atender a determinados grupos, pois ele é voltado à coletividade, para a população de duzentos e nove mil habitantes. Disseram que o camelô será desterrado, exilado e fuzilado, e isso não é verdade. Eles vão poder trabalhar, só que segundo as normas definidas; do contrário, voltaremos ao Velho Oeste, onde imperava a lei do mais forte. O código é para disciplinar a vida da cidade, e votar contra ele será não contribuir. Está errado? Vamos acertar, inclusive já foi dado tempo para isso e conceder-se-á mais. O Casteglione nem tocou nesse assunto, mas à assessoria dele sempre pedi calma, reafirmando que o código precisa ser bem estudado. Há cento e sessenta e oito erros no código, os quais vamos acertar para não fazermos uma legislação que não esteja certa. Essa lei completará sessenta anos em 2017, e, se não aprovarmos o novo código, permanecerá o anterior, que não é melhor do que esse, visto que houve uma modernização. Naquela época, não existia nem outdoors, enquanto que nesse código são trinta artigos dispendo sobre essa atividade. A lei fala sobre terrenos, lotes e tudo mais. Devemos nos debruçar sobre o projeto e não somos obrigados a aceitar nada, até porque o Marconi não é o dono da verdade. Somos dezenove vereadores e podemos mexer no projeto. Se a assessoria do prefeito sugerir vetos, será um direito dele também; é assim o jogo democrático. Eu não acho que o código seja ruim, e a população não precisa ficar assustada. Onde já se viu multar o pedestre? O parecer da Comissão de Justiça já foi assinado com as emendas propostas pelo Vereador Fabrício, mas nada impede que os outros colegas façam modificações. Quem sou eu para impedir que os vereadores apresentem emendas? Amanhã, por exemplo, às 8:00 horas, estarei neste plenário, para conversarmos mais sobre o projeto, com a presença da fiscalização e do pessoal da segurança. Eu só acho que o pessoal da prefeitura deveria ter olhado isso antes, mas, se não teve acesso, olhará agora. Às vezes, um vereador se cala, quando poderia ser muito útil, tornando o código melhor. Não adianta criticar o código, e sim trazer contribuição para o mesmo. / **Aparteando Rodrigo Pereira Costa:** — Eu sou nascido e criado em Cachoeiro e sempre ouvi as pessoas dizerem que o Município cresceu desordenadamente. Portanto, vejo que o Código de Posturas é uma forma desta Casa de Leis fazer história no Município, já que essa lei vem para organizar a cidade. Conforme V. Ex.^a disse, não podemos querer agradar com esse código A ou B, pois fugiremos da nossa prerrogativa de legisladores. Devemos legislar com justiça. Eu fui abordado por um camelô e a ouvi dizer que sabe que está errada ao estender a roupa um pouco para fora da barraca, como disse aqui o Vereador Jonas. Então, eles precisam andar na linha, e não podemos dar jeitinho. Sei que eles precisam trabalhar; porém, que façam a parte deles, organizando-se, através do sindicato, participando do debate sobre o código e apresentando propostas aos vereadores, que possam ser transformadas em emendas. Na época da elaboração da Constituição Federal, todo mundo se envolveu e apresentou propostas. É a nossa oportunidade de fazer história, elaborando um código justo. / **David Alberto Lóss:** — O camelô ficará doze horas lá, sem

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

poder nem ir ao banheiro? Não. Ele precisará ter um preposto, mas com crachá. Não vamos acabar com os camelôs nem com as bancas de revistas, e sim disciplinar o uso, como será feito com os táxis e os estacionamentos. Em sã consciência, não assinarei nada que possa prejudicar a população. Agora, as regras são feitas para o conjunto, e não de forma individualizada. Pode ser que alguém perca a vantagem que tinha antes e que era indevida. Quando alguém é beneficiado, outro está perdendo, e vamos inverter isso em favor da coletividade. Vou trabalhar sempre para a coletividade. Quando a prefeitura determinou que a empresa da minha família parasse de descer seus ônibus pela Avenida Jones Santos Neves, perdemos 40 mil reais/mês, e eu nunca reclamei, porque o bom cabrito não berra. Segundo o Luiz, da Agersa, isso era bom para desafogar o trânsito da Avenida Jones dos Santos Neves, por onde passavam trinta ônibus da nossa empresa por dia. Eu não vou legislar em causa própria, e esse código precisa ser justo, olhando o lado da população. Muito obrigado! / **Lucas Moulais**: — Boatarde a todos! Eu não viria a esta tribuna hoje, mas resolvi vir para agradecer a todos, pois, no momento mais difícil da vida da minha família, estiveram presentes no velório e sepultamento do meu pai. Eu agradeço aos vereadores, assessores e funcionários. Há uma hora, sai daqui para tomar um remédio e ouvi o discurso do excelente Vereador Delandi Pereira Macedo, tratando da situação de Gironda, região da qual também faz parte. Quero dizer ao colega que, quanto aos quebra-molas, providenciamos as placas, que precisam ser colocadas uns dias antes de implantá-los. Justifico que as placas já estão lá há muitos dias, e era para os quebra-molas estarem prontos, o que não ocorreu por conta da licitação para o asfalto não ter acontecido ainda. Na segunda-feira, caminhando por Soturno, visitando principalmente as obras do asfalto de Canto Feliz, conversei com o secretário, e ele afirmou que, na semana que vem para a próxima, serão feitos os quebra-molas tão almejados pelo pessoal de Gironda. Sei que não é o caso de V. Ex.^a, mas um pessoal que mora em Gironda, uma minoria, uma exceção, e não estou malhando o povo, porque não sou otário, deve dormir o dia inteiro. São umas duas pessoas que ficam dizendo que sumi de Gironda, quando todos os dias estou lá e posso dizer que o distrito nunca foi tão beneficiado como está sendo neste governo de Casteglione. Essa é a defesa que tenho que fazer por conhecer e andar por Gironda. Há dezoito anos, já havia lá extensão de rede elétrica, mas vou jogar um confete com todo o merecimento para o Romário, pois não havia braço de luz nem iluminação pública, o que foi feito agora, em quase 96%. Sobre aquela poeira, V. Ex.^a está coberto de razão, mas é uma pena que o Dilem não esteja aqui para confirmar que fizemos ofícios ao governo anterior e ao Deputado Rodrigo, pedindo verba estadual, porque, para frente do bar da Dona Maria Amélia, há a empresa do Batista, e, se não asfaltar pelo menos um quilômetro, não adiantará nada. Até fiz um discurso há oito meses, dizendo que o povo de Gironda estava sofrendo muito com aquela poeira, chegando a cuspir tijolo e telha, passando mal com problema de pulmão, o que acomete crianças e adultos. V. Ex.^a disse tudo o que um vereador tem que dizer e brigar pelo seu povo, mas, quando caminhei há tempos em Gironda, vi que o povo estava criticando muito o prefeito, esquecendo-se que recebeu o asfaltamento de quatro ruas, aquela que vai para o Chica Dutra e várias outras pequenas, e, agora, foi contemplado com um ginásio de esportes que eu creio que sairá neste governo. Na época da campanha política, prometi empenho na luta por Gironda e

23

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

24

devo dizer que os meus assessores podem não ser os mais competentes, mas são os mais dedicados. Essa dedicação está sendo oferecida ao povo de Gironda, de Soturno e de todo o Município de Cachoeiro de Itapemirim. Tenho a certeza, como creio que há um Deus no céu, que, com o empenho deste vereador que vos fala e dos companheiros Delandi, Dille, Alexandre e até mesmo do Secretário Neném Cadável, vamos conseguir muito para aquela região, porque não nos curvaremos diante do nosso compromisso de representar bem aquele povo. Quero que este registro conste em ata, pois estamos trabalhando sim. Vereador Delandi, foi feita a drenagem com manilhas 060, mas, perto de Santana, há uma grota pela qual desce muita água, e elas não dão vazão quando chove. Eu conversei com o Costinha, que é o proprietário, e aquela grota já pode ser atravessada com quinze manilhas 0100, para resolver o problema do alagamento de Gironda. Fico orgulhoso e satisfeito dos compromissos que o prefeito está mantendo conosco em Soturno e na região de Gironda, só que esses locais estavam há dezesseis, dezoito anos parados. As lâmpadas têm uma vida e vão se apagando; agora, estão sendo trocadas as de 80 para as de 125, e em Pantanal isso já ocorreu. O pessoal está saindo de casa e não está vendo o que já ocorreu no Buraco do Sapo, na Rua Sebastião Ravera e na Sambra. Soturno está crescendo sim, e fico feliz, porque umas dez pessoas já confirmaram esse desenvolvimento, tanto é que estamos fazendo lá como se fosse uma cidade, pois chegarão os quebra-molas, o centro da pista será pintado, assim como as faixas de pedestres. Agradeço ao sucessor do Vereador Fabrício, que é o Alexandre, por nos dar esse apoio. Basta o povo de Gironda esperar um pouquinho que vamos conseguir alcançar os objetivos. Eu fico agradecido pelas suas palavras e repito que o secretário já disse que vai fazer o serviço, inclusive vão deixar o quebra-molas pintado. É bom que isso seja feito logo, antes que ocorra um acidente, e a coisa fique complicada. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Primeiramente, registro o seu agradecimento pela solidariedade quanto ao passamento do seu pai, pessoa que continuará a ser querida na região de Soturno, pois a família Moulais tem lá um destaque impressionante. Parabéns pelo destaque que seu pai conseguiu alcançar como patriarca da família, o que cabe ser registrado neste momento. Quanto ao que falei sobre Gironda, reforço que já vinha recebendo essa reclamação, pois, assim como V. Ex.^a, também tenho correligionários naquela região, pessoas das igrejas que frequento. A reclamação quanto à poluição tem sido constante, inclusive tenho um irmão que possui uma casa lá, a qual não consegue alugar nem vender, pois fica na região mais crítica de Gironda. Se ele me der a casa, nem de graça quero morar lá, assim como acredito que V. Ex.^a também não gostaria. Então, fiz esse discurso para buscarmos um meio de unirmos nossas forças para melhorar aquela situação, o que não é difícil, bastando fazer a pavimentação asfáltica, puxando para o lado do Batista. Depois, o carro-pipa resolverá a poluição que restará. Eu sou quase que contra a esse negócio de carro-pipa, porque ele passa e, estando o tempo quente, a poeira logo retorna, sendo só um paliativo. A solução é fazer urgentemente a pavimentação asfáltica e, paliativamente, implantar os quebra-molas, pelos quais V. Ex.^a está lutando. Só quero fortalecer o que V. Ex.^a está solicitando há muito tempo para aquela área. / **Lucas Moulais:** — Creio que a pavimentação asfáltica seja a única coisa que resolverá o problema de Gironda. É um quilômetro de asfalto que, devido ao trânsito pesado, precisa ser

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

muito benfeito. Recebi uma notícia muito boa da parte dos Deputados Ferraço e Rodrigo e estou apostando que nesses dois anos essa obra será concretizada. A cobrança é constante, e farei mais um ofício, agora ao novo governo, inclusive peço aos colegas que o assinem comigo, porque a união faz a força. Todas as obras que conseguimos é em esforço conjunto; por isso, sou muito grato e, nas inaugurações, fiz questão de fazer esse registro. Seria um retorno dado pelo prefeito e pela municipalidade quanto aos impostos que a população paga dignamente e com muita dificuldade. Quanto ao meio ambiente, posso dizer que aquilo é uma agressão à natureza e, quando na semana passada me pronunciei aqui, foi em defesa do Danilo, que é o proprietário da Casa de Shows Coração Sertanejo. Eu não vim aqui dizer besteira e, para mim, quem foi até lá foi estagiário. Uma agressão ao meio ambiente é aquilo que está acontecendo em Gironda e, depois, quem paga o pato é o prefeito, porque estão aterrando acima do asfalto, sem drenagem; aí, na hora da chuva que desce das encostas da região serrana, ficará um rio, pois a água não terá por onde sair. Eu sei qual a empresa está fazendo aquele absurdo, mas ela está garantida, certamente com o aval de alguém. Da mesma maneira foram feitos muitos aterros e construções indevidas lá. O aterro acaba com a nascente, e V. Ex.^a está cheio de razão. Eu sei que, quando atuava na Secretaria de Meio Ambiente, não metia o jamegão nessas coisas. Parece que o rapaz da casa de shows foi multado, e eu ficarei ao lado dele até o final, porque sei que está certo; agora, se estiver errado, vai sofrer desta tribuna também. Vejo que não há condições de ser autuado naquele caso, pois é areia pura. V. Ex.^a pode confirmar que é uma covardia o que fizeram com ele. Vou pedir para o secretário dar uma olhada, porque o rapaz fará a defesa quanto à autuação. Muito obrigado! / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Boa-tarde a todos! Novamente falarei sobre o Código de Posturas, defendendo na mesma linha dos Vereadores Fabrício e David, porque há o princípio bíblico – “Fazei tudo com decência e ordem”. Na verdade, cabe ao Poder Executivo cuidar da ordem pública, e na sociedade, via de regra, cada um puxa para o lado que lhe interessa, o que é natural no ser humano. Então, sempre agradaremos a um e desagradaremos a outro. Na questão do camelô, por exemplo, o comerciante reclama, porque tem ali um concorrente que não paga imposto, não vende uma mercadoria como a sua e não gera emprego, mas tira a venda dele. Portanto, o comerciante está sendo desagradado com essa situação. Assim, senhores, também é com as igrejas que desejam se estabelecer nos bairros por terem a missão de levar a Palavra de Deus, mas o barulho incomoda o vizinho, como vi na Rua Costa Pereira, onde foi chamada a fiscalização. A lei tem que ser para atender a todos, e não para privilegiar nem discriminar ninguém. Dessa forma, o trabalho do Poder Executivo e nosso é preparar uma lei onde todos sejam contemplados. Eu defendo a ordem pública, inclusive temos o exemplo do Prefeito Eduardo Paes, que, ao assumir a Prefeitura do Rio de Janeiro, implementou um choque de ordem. Isso porque as pessoas estacionavam os carros em cima de calçadas e canteiros para irem até a praia, e foi necessário multar e guinchar os veículos. Ele recebeu muitas críticas de quem estacionava o carro indevidamente e também vários elogios daqueles que precisavam passar pelas calçadas. Então, não podemos ficar suscetíveis a essa questão nem o Município deixar de exercer o seu papel fiscalizador, isso, em conformidade com a lei, sem discriminação nem favorecimento, que seria dar tratamento diferenciado aos cidadãos

25

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

influentes. Com um código de quarenta e oito anos atrás, não há dúvida de que o negócio não é nem uma reformulação, e sim a construção de um novo. Na prestação de contas do prefeito aqui, eu até elogiei, porque foi aprovado um novo Código de Transportes, o Código de Posturas está em discussão e também já ouvi dizer que há a disposição do governo de instituir um Código de Obras. As coisas realmente precisam ser adequadas à evolução, e eu sempre vou procurar me posicionar de acordo com o que acho justo, pois temos que buscar o equilíbrio para atender a todas as partes, mesmo que tenhamos uma atuação mais intensa em determinada área. O importante é fazer o que é justo e necessário e, às vezes, o necessário desagrada, mas precisa ser feito. O Vereador Delandi fez um comentário sobre um projeto de lei dele que recebeu um parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, defendendo a atuação dos membros dela, mas requerendo que seja aplicada isonomia quanto todas as matérias apresentadas. Há algo que não vi como prática na Casa, neste pouco tempo que estou aqui, e resolvi pesquisar no fim de semana. Os senhores sabem que no julgamento do mensalão houve empate de cinco a cinco entre as maiores autoridades jurídicas do país, que são os ministros do Supremo Tribunal Federal, em tese, aqueles de maior conhecimento jurídico divergiram entre si. Um diz condena e o outro, absolve. Nós vivemos isso aqui quanto aos pareceres da procuradoria e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Um pode dizer que o projeto é inconstitucional, e o outro que não. Isso também se aplica ao parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e nós devemos procurar fazer o processo legislativo da melhor maneira possível para não fazer uma lei inócua, apenas para dizer que aprovamos uma legislação, mas não estamos adstritos ao parecer de um único entendimento jurídico. Ora, se levarmos um parecer dado aqui para outro jurista com mais experiência, ele poderá entender que não há ilegalidade. Às vezes, estamos sucumbindo diante de um único parecer, inclusive a Comissão de Constituição, Justiça e Redação costuma acompanhar o parecer do procurador. O Regimento Interno, em seu artigo 114, diz: “Os projetos em que se verificar inconstitucionalidade ou infringência à Lei Orgânica serão remetidos para parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação”. Já o artigo 117 diz: “O Presidente da Câmara devolverá ao autor a proposição”. Como se dá isso? É devolvido em plenário ou mandam entregar? Inciso VIII – “Quando receber parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Parágrafo 1º - Exceto na hipótese do artigo 3º, da recusa do presidente em receber a proposição, caberá recurso ao plenário, no prazo de cinco dias”. Eu fui pesquisar em algumas Câmaras e vi que tenho o direito de fazer um recurso ao plenário, em caso de parecer desfavorável ao meu projeto. Aí, o plenário vai analisar e se pronunciar, podendo acatar o parecer da procuradoria e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ou entender diferente. O plenário tem essa soberania, e isso não é utilizado. Não devemos usar da força do voto ou da política para passar por cima da lei, mas nem sempre um parecer é a verdade absoluta, pois nele está a ótica daquele que o emitiu. Até os ministros do Supremo Tribunal divergem; então, nada mais justo do que nós, vereadores, debatermos as questões. Ao ter um parecer desfavorável, o vereador não precisa simplesmente entender que não tem mais jeito e que pereceu a sua intenção. Ele pode fazer um recurso ao plenário, que decidirá se o parecer será mantido ou não. Vereador Delandi, V. Ex.^a fez um pronunciamento a respeito de um

26

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

27

projeto seu que recebeu o parecer contrário, e isso me despertou a me aprofundar nessa questão, já que tenho projetos que podem estar sujeitos à mesma situação. Não estou desmerecendo quem deu o parecer. Já vimos juiz dar uma decisão aqui, e o Tribunal reformá-la, assim como o Tribunal dar uma decisão, e o Tribunal Superior reformar. Um exemplo disso é que, quando damos entrada em uma ação trabalhista e envolve principalmente ente público, ela é encaminhada para o procurador de Justiça do Estado. O procurador, tanto local quanto estadual ou federal, dá o parecer, mas o juiz não está adstrito ao mesmo. Eu já tive decisões favoráveis com o parecer desfavorável da procuradoria, inclusive no Tribunal. Isso é muito comum. Via de regra, os três desembargadores que vão julgar uma ação não seguem o parecer da procuradoria federal, porque não entendem que assiste razão ao procurador da República. Então, devemos exercer esse direito, previsto no Regimento Interno, de recorrer, no prazo de cinco dias, levando o recurso à apreciação do plenário. Se o plenário entender diferente do parecer, o projeto poderá ser votado e aprovado; depois, o prefeito que faça as suas considerações, sancionando ou vetando. Muito obrigado! / Passamos ao **Horário das Lideranças**. / **Leonardo Pacheco Pontes (PT)**: — Boa-tarde a todos! Em meu nome e no da minha família, quero dar as condolências ao Vereador Lucas pelo passamento de seu pai. Pelo que o colega sempre falava sobre o seu pai, tenho certeza de que ele está em lugar merecido. Infelizmente, por mais que estejamos preparados, sempre fica o espaço vazio da saudade. Certamente as obras e os exemplos que ele deixou serão muito maiores do que a saudade. Desejo tudo de bom para o colega Lucas e sua família. Quero fazer uma saudação especial ao Vereador Elias, do Partido dos Trabalhadores. Registro que, na última quinta-feira, na Câmara Municipal, foi realizada a reunião da executiva do PT, composta por onze pessoas, e do diretório, formado por vinte e poucos componentes, que compareceram em massa. Na ocasião, o meu nome foi agraciado como o novo presidente do Partido dos Trabalhadores de Cachoeiro de Itapemirim. Esse será um grande desafio, mas contarei com o apoio de grande parte dos militantes e partidários do PT. No meu discurso de posse, eu disse que o meu perfil é o do radicalismo democrático e que é necessário convergir com as forças políticas, populares e com todos os companheiros e companheiras do partido de Cachoeiro. Disse ainda que não tomarei nenhuma decisão que não seja no coletivo e pela força da maioria do Partido dos Trabalhadores. Para mim, esse é um grande desafio, e não nego o momento delicado que o país e o PT vêm atravessando na escala federal, o que desce em cascata para os Municípios. Porém, há uma luz no fim do túnel, e não é um trem vindo na contramão. Existe a possibilidade de os verdadeiros petistas e militantes do Partido dos Trabalhadores fazerem um grande esforço coletivo para recolocar o PT no local que ele sempre deve estar, que é junto da massa trabalhadora, dos movimentos populares, como o das mulheres, dos sem-terra, dos negros e os sociais do Brasil. Para somar a esse posicionamento, na última sexta-feira e sábado, em Vitória, foi realizado um encontro de militantes, dirigentes, prefeitos e líderes de bancada do PT. Na ocasião, debatemos esses movimentos que estão acontecendo no Brasil, nos Estados e nos Municípios. O Prefeito Casteglione participou desse encontro na sexta-feira, mostrando como vem sendo feita a administração do Partido dos Trabalhadores em Cachoeiro. Vimos que há muita coisa a ser feita. Em junho, será realizado em Salvador, na Bahia, o V

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Congresso do Partido dos Trabalhadores, no qual as grandes forças da sigla vão estar presentes, fazendo um movimento para que o PT restabeleça o seu vínculo com aquilo para o qual foi fundado. Para nossa felicidade, no sábado, tivemos a participação do companheiro Reginaldo Lopes, de Belo Horizonte, que foi o deputado federal mais votado de Minas Gerais. Ele também foi o candidato mais votado do Partido dos Trabalhadores e passou a manhã inteira de sábado fazendo uma análise da conjuntura e debatendo alternativas para esse modelo que enfrentamos. O Deputado Reginaldo não precisa provar nada a ninguém, devido ao trabalho dele em Belo Horizonte, e ele disse: “É necessário o PT se reconstruir em cima daquilo que foi e do que é hoje”. O deputado pertence a um grande grupo do PT, em nível nacional, e, se ele disse isso, é porque esse movimento de reconstrução do Partido dos Trabalhadores não pode ser freado. O Deputado Reginaldo Lopes foi cotado para ser ministro da Educação, mas, devido à movimentação política, o Cid Gomes acabou ocupando o ministério e, agora, o filósofo Janine Ribeiro. Então, há uma esperança de que no congresso do PT possamos colocar o Partido dos Trabalhadores dentro das suas metas de fundação. Eu reafirmo o meu compromisso junto com os companheiros e companheiras de Cachoeiro de Itapemirim. Fecho o meu pronunciamento, dizendo que há um grande movimento dentro do Partido dos Trabalhadores, em nível nacional, para que a militância e todos os que exercem cargos pelo PT no Brasil refaçam seus caminhos ou sejam colocados para fora da sigla. Sigam o estatuto do partido ou, então, saiam. Esse é um movimento dentro do PT que está começando a surgir em nível nacional, a fim de que possamos recolocar definitivamente o Partido dos Trabalhadores dentro das plataformas sobre as quais foi fundado. Muito obrigado!

/ Passamos à **Ordem do Dia**. / A seguir, foi realizada a **1ª Discussão** dos seguintes Projetos de Lei: 67, 68, 69, 70, 71, 72 e 73/2015 – David Alberto Lóss (Dispõem sobre denominação de via pública). / **Fabício Ferreira Soares, levantando questão de ordem:** — Senhor presidente, peço que sejam incluídos na pauta do dia o Projeto de Lei 66/2015 e o Projeto de Resolução 09/2015, ambos de iniciativa da Mesa Diretora. / **Carlos Renato Lino (Presidente em exercício):** — Acatado. / **Fabício Ferreira Soares, levantando questão de ordem:** — Presidente, solicito que as matérias sejam apreciadas em bloco. / **Carlos Renato Lino (Presidente em exercício):** — Pedido acatado. / Logo após, foram aprovadas, em bloco, por unanimidade dos presentes, **as seguintes matérias: Requerimentos: Enviando Votos de Congratulação:** 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465 e 466/2015 – José Carlos Amaral; 468 e 469/2015 – Delandi Pereira Macedo; **470/2015 – Alexandre Valdo Maitan** (Requer cessão do plenário desta Casa de Leis para o dia 06/05/2015, das 15:00 às 17:00 horas); **Projetos: de Lei: 66/2015 – Mesa Diretora** (Altera artigo 5º da Lei 7.147, de 26/02/2015) com a redação dada pelo **Projeto Substitutivo**, modificando o artigo 1º da Lei 6.719, de 28/12/2012, aposto pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação; **de Resolução: 09/2015 – Mesa Diretora** (Modifica a Resolução 280/2013) * com Emenda Modificativa à ementa, aposta pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação; **de Decreto Legislativo: concedendo Comenda José Cláudio Cruz:** 28/2015 – Rodrigo Pereira Costa; **concedendo Comenda Augusto Paulino Nogueira:** 29/2015 – José Carlos Amaral, 33/2015 – Alexandre Valdo Maitan, 36/2015 – Jonas Nogueira Dias Júnior e

28

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

41/2015 – Wilson Dillem dos Santos; *concedendo Comenda Roberto Carlos Braga*: 30/2015 – Osmar da Silva, 31/2015 – Jonas Nogueira Dias Júnior, 38/2015 – Wilson Dillem dos Santos, 40/2015 – José Carlos Amaral e 42/2015 – Alexandre Bastos Rodrigues; *concedendo Título Iñez Massad Cola*: 32/2015 – Alexandre Valdo Maitan, 34/2015 – Ely Escarpini, 35/2015 – Jonas Nogueira Dias Júnior, 37/2015 – Wilson Dillem dos Santos e 43/2015 – Alexandre Bastos Rodrigues. / E nada mais a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, da qual nós, Ana Rita Sanches Rodrigues Silva, Dilena Cláudia Tessinari Modesto Lucas e Rosemere Duarte Biazatti, Redatoras de Atas, lavramos após redigi-la. _____

29

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”